



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

BRAGA

**A dança no processo de aprendizagem de alunos com
necessidades educativas especiais: uma análise teórica
sobre práticas inclusivas**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em
Ciências da Educação – Educação Especial.

Andreza da Costa Queiroz

Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais

JULHO 2025



CATÓLICA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

BRAGA

**A dança no processo de aprendizagem de alunos com
necessidades educativas especiais: uma análise teórica
sobre práticas inclusivas**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em
Ciências da Educação – Educação Especial.

Andreza da Costa Queiroz

Sob a Orientação da Prof.^a: Doutora
Sônia Catarina da Silva Cruz

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso minha profunda gratidão a Deus, cuja orientação e bênção estiveram presentes em cada passo desta jornada.

Agradeço, também, às pessoas queridas e amigos que compartilharam comigo os desafios e as alegrias deste caminho. As palavras de incentivo e apoio foram como um combustível que impulsionou minha determinação e fortaleceu meu ânimo nos momentos mais difíceis.

À minha orientadora Sônia Catarina Cruz, meu sincero agradecimento pela sua orientação diligente, paciência e sabedoria ao longo deste processo. Suas orientações e insights foram fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação, e sou imensamente grata pela sua dedicação e comprometimento em me guiar rumo à excelência acadêmica.

À Universidade Católica Portuguesa, por proporcionar o ambiente propício para o desenvolvimento acadêmico e intelectual, e por investir em minha formação como pesquisadora.

À minha família, pelo amor incondicional, apoio inabalável e compreensão durante toda essa jornada. Suas palavras de incentivo e gestos de carinho foram a luz que iluminou meu caminho, mesmo nos momentos mais desafiadores.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, direta ou indiretamente. Que este seja apenas o início de uma jornada de descobertas e realizações.

Muito obrigada a todos!

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar as contribuições da dança como prática pedagógica inclusiva no contexto da Educação Especial, com foco no desenvolvimento integral dos alunos e na valorização da diversidade corporal. Fundamentada em autores como Teixeira (2010), Strazzacappa (2001), Marques (1997), Laban (1978), Chauí (1986) e Holliday (2006), a pesquisa discute a necessidade de sistematização pedagógica da dança para garantir sua efetividade como ferramenta de inclusão social e educacional. A partir da perspectiva da pedagogia histórico-crítica, defende-se que a dança deve ir além de uma atividade espontânea e ser compreendida como linguagem expressiva, estética e cultural, capaz de promover empatia, cooperação e respeito mútuo entre os alunos com e sem deficiência. O ensino da dança, nesse sentido, deve considerar os elementos técnicos e expressivos da linguagem corporal, bem como a contextualização histórica e cultural dos estilos de dança, permitindo que todos os estudantes participem ativamente do processo formativo. A sistematização das práticas pedagógicas em dança, com base na metodologia crítico-superadora, exige que o professor conheça a realidade dos alunos, proponha estratégias multissensoriais, incentive a autoria coreográfica e crie espaços para a experimentação criativa. A dança torna-se, assim, uma via potente de transformação do ambiente escolar em um espaço verdadeiramente inclusivo, onde as singularidades de cada corpo são respeitadas e celebradas. Conclui-se que a dança, quando fundamentada em práticas críticas e inclusivas, é capaz de impulsionar a emancipação humana e ampliar o acesso aos bens culturais historicamente produzidos, promovendo uma educação mais equitativa, sensível e comprometida com a diversidade.

Palavras-chave: Dança. Inclusão escolar. Educação especial. Desenvolvimento cognitivo.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the contributions of dance as an inclusive pedagogical practice within the context of Special Education, focusing on the integral development of students and the appreciation of bodily diversity. Based on authors such as Teixeira (2010), Strazzacappa (2001), Marques (1997), Laban (1978), Chauí (1986), and Holliday (2006), the research discusses the need for pedagogical systematization of dance to ensure its effectiveness as a tool for social and educational inclusion. From the perspective of historical-critical pedagogy, dance is understood as an expressive, aesthetic, and cultural language that goes beyond spontaneous activity. It promotes empathy, cooperation, and mutual respect among students with and without disabilities. Dance education must therefore address both technical and expressive elements of body language, as well as the historical and cultural context of dance styles, enabling all students to participate actively in the learning process. The systematization of pedagogical practices in dance, grounded in the critical-overcoming methodology, requires educators to understand their students' realities, apply multisensory strategies, encourage choreographic authorship, and create opportunities for creative experimentation. Thus, dance becomes a powerful path for transforming the school environment into a truly inclusive space where each body's uniqueness is respected and celebrated. It is concluded that dance, when grounded in critical and inclusive practices, can foster human emancipation and broaden access to culturally and historically produced knowledge, promoting a more equitable, sensitive, and diversity-oriented education.

Keywords: Dance. School inclusion. Special education. Cognitive development.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Junção das ciências	33
---	-----------

ÍNDICE DE QUADRO

Quadro 1 – Principais autores e contribuições sobre dança, aprendizagem e inclusão escolar ...44

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	3
RESUMO	4
ABSTRACT	5
Introdução	9
CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
1. A dança, primeiras considerações: história e relação com a educação	12
2. A dança como ferramenta de aprendizagem: uma abordagem teórica.....	16
3. Os benefícios da dança em contextos educacionais	21
4. A dança no contexto escolar inclusivo: potencialidades para o desenvolvimento de alunos com necessidades educacionais especiais	25
4.1 Conceito de inclusão	25
4.2 Legislação da inclusão	27
5. O papel da dança como promotora de habilidades sociais e emocionais em estudantes com Necessidades Especiais	30
6. As contribuições da Neuropsicopedagogia como intervenção psicomotora clínica para alunos com necessidades educativas especiais	33
CAPÍTULO II - MÉTODO	41
1. Método	41
2. Abordagem metodológica	42
3. Procedimentos de pesquisa	42
4. Critérios de inclusão e análise das fontes.....	42
5. Construção do texto e validação da argumentação	43
CAPÍTULO III – ANÁLISE DOS DADOS DO ESTUDO.....	44
CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA	53
CAPÍTULO V - CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

Introdução

Nas últimas décadas, o campo educacional tem sido desafiado a ressignificar suas práticas pedagógicas frente às demandas de uma sociedade diversa, plural e em constante transformação. A construção de práticas inclusivas tornou-se uma pauta urgente, à medida que as instituições de ensino são chamadas a rever não apenas suas metodologias, mas também seus princípios, suas concepções de aprendizagem e as relações estabelecidas entre os sujeitos no ambiente escolar. Nesse cenário, a valorização do corpo, do movimento e da expressão surge como elemento indispensável para a promoção de uma educação que reconheça e celebre as diferenças, deslocando o olhar tradicional, centrado exclusivamente na cognição verbal, para uma perspectiva mais ampla, que integre corpo, mente, emoção e cultura no processo de ensino-aprendizagem.

Historicamente, a escola priorizou práticas pedagógicas centradas na transmissão de conhecimentos de forma fragmentada, priorizando o desenvolvimento cognitivo em detrimento de outras dimensões fundamentais da formação humana. Essa lógica reducionista produziu um modelo de ensino no qual a corporeidade, a sensibilidade, a criatividade e a expressão foram relegadas a um segundo plano, reforçando uma cultura escolar que homogeneiza os corpos, normatiza os comportamentos e marginaliza as diferenças. Essa condição se agrava quando se observa a realidade dos alunos com necessidades educativas especiais, que, frequentemente, encontram no espaço escolar um ambiente pouco acessível, tanto do ponto de vista físico quanto simbólico, e escasso em práticas pedagógicas que considerem suas singularidades.

Diante dessa realidade, a presente pesquisa se propõe a refletir sobre a importância da dança como prática pedagógica no contexto da educação inclusiva, reconhecendo seu potencial para promover o desenvolvimento integral dos alunos, especialmente daqueles com necessidades educativas especiais. Trata-se de compreender a dança não como atividade periférica, acessória ou limitada aos momentos festivos, mas como uma linguagem pedagógica, estética e cultural que integra, de forma potente, os processos de ensino-aprendizagem.

Esse entendimento é sustentado por referenciais teóricos que concebem a dança como prática educativa capaz de mobilizar não apenas os aspectos psicomotores, mas também os processos cognitivos, emocionais, sociais e culturais dos sujeitos. Para autores como Laban (1978; 1990) e Marques (2010), a dança é linguagem do movimento, expressão da subjetividade e instrumento de mediação nas relações de aprendizagem. A partir dessa perspectiva, o

movimento não é apenas deslocamento no espaço, mas uma forma legítima de construção de conhecimento, de comunicação e de interação com o mundo.

A reflexão proposta neste trabalho está também ancorada nos aportes da neurociência e da neuropsicopedagogia, campos que, nas últimas décadas, têm contribuído significativamente para a compreensão dos processos de aprendizagem, especialmente no que diz respeito à articulação entre corpo, cérebro, emoção e cognição. Pesquisadores como Lent (2019), Ventura (2010) e Russo (2015) demonstram que o cérebro é um órgão plástico, moldável, capaz de reorganizar-se constantemente a partir das experiências sensoriais, motoras, afetivas e cognitivas. Nesse contexto, práticas educativas que envolvem movimento, ritmo, expressão corporal e interação social — como a dança — favorecem a formação de novas conexões neurais, estimulando as funções executivas, a memória, a atenção, a linguagem e a regulação emocional.

Compreender o papel da dança na educação inclusiva também exige uma análise crítica das práticas culturais, sociais e políticas que atravessam o ambiente escolar. A partir das reflexões de Strazzacappa (2001) e Chauí (1986), entende-se que a escola, historicamente, atuou como uma “fábrica de corpos”, disciplinando, normatizando e silenciando sujeitos, sobretudo aqueles que não se enquadram nos padrões hegemônicos de normalidade e produtividade. Nesse cenário, a dança surge como prática contra-hegemônica, capaz de subverter as lógicas de opressão, de afirmar as diferenças e de promover a construção de espaços educativos mais democráticos, afetivos e inclusivos.

Essa compreensão dialoga diretamente com os princípios da educação inclusiva, que se materializam nas legislações e nas políticas públicas brasileiras, como a Constituição Federal de 1988, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, bem como na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esses documentos reafirmam o direito de todas as pessoas à educação, sem qualquer forma de discriminação, e apontam para a necessidade de construção de práticas pedagógicas que reconheçam, valorizem e atendam às múltiplas formas de aprender, ser e estar no mundo.

Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que, apesar dos avanços normativos e teóricos, ainda persistem desafios significativos no processo de efetivação da educação inclusiva. Muitos professores, embora reconheçam a importância da inclusão, sentem-se despreparados para desenvolver práticas pedagógicas que integrem as dimensões corporal, sensorial e expressiva. Isso se deve, em grande parte, à formação inicial e continuada que, frequentemente, negligencia os saberes relacionados à corporeidade, à psicomotricidade e às linguagens artísticas, como a

dança. Soma-se a isso a resistência de algumas instituições em reconhecer a dança como componente curricular legítimo, muitas vezes relegando-a a uma condição secundária, desvinculada dos processos formativos centrais.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo geral analisar as contribuições da dança como estratégia pedagógica no processo de ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educativas especiais, no contexto da educação inclusiva, buscando compreender como essa prática pode contribuir para o desenvolvimento cognitivo, psicomotor, emocional e social dos alunos, bem como para a construção de uma escola mais democrática, sensível e acolhedora.

De forma mais específica, este estudo se propõe a: compreender, na literatura científica, como a dança é concebida enquanto prática pedagógica no ambiente escolar; analisar as relações entre a prática da dança e o desenvolvimento cognitivo, psicomotor, emocional e social de alunos com necessidades educativas especiais; investigar como a dança pode contribuir para a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar; e identificar os principais desafios e possibilidades para a inserção da dança como estratégia pedagógica inclusiva.

Para responder a essas questões, adota-se uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, fundamentada na pesquisa bibliográfica, que permite mapear, sistematizar e analisar criticamente as produções acadêmicas relacionadas ao tema. A escolha por esse caminho metodológico justifica-se não apenas pela robustez teórica disponível, mas também pela necessidade de compreender como os diferentes campos do saber — educação, neurociência, neuropsicopedagogia, psicomotricidade e estudos culturais — dialogam na construção de uma perspectiva educativa que integre corpo, mente, emoção e cultura no processo de ensino-aprendizagem.

Diante desse percurso, espera-se que este trabalho contribua para fortalecer as discussões sobre a centralidade da dança no contexto da educação inclusiva, oferecendo subsídios teóricos que possam apoiar educadores, gestores, pesquisadores e demais profissionais da educação na construção de práticas pedagógicas mais sensíveis, inovadoras e comprometidas com a promoção da diversidade, da equidade e da justiça social no ambiente escolar.

CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente seção propõe-se a abordar a trajetória histórica da dança, desde suas origens ancestrais até seu reconhecimento como linguagem expressiva e ferramenta pedagógica na contemporaneidade. Ao longo dos tempos, a dança tem se revelado não apenas como manifestação artística e cultural, mas também como um instrumento potente de comunicação, desenvolvimento pessoal e inclusão social. Em particular, sua inserção no campo educacional permite a ampliação das possibilidades de ensino e aprendizagem, sobretudo quando direcionada a alunos com necessidades educativas especiais.

Nesse contexto, a dança transcende sua função estética para se constituir como uma prática pedagógica que mobiliza dimensões cognitivas, emocionais, motoras e sociais. Diversos estudiosos, como Laban, Marques, Carbonera, Godoi & Boguea, oferecem subsídios teóricos que sustentam a importância dessa linguagem corporal no processo de formação integral do sujeito. Assim, este capítulo fundamenta-se em diferentes produções científicas que resgatam a importância da corporeidade como elemento estruturante da aprendizagem, promovendo o desenvolvimento de habilidades que favorecem a expressão, a comunicação e o fortalecimento da identidade dos aprendizes.

Por meio de uma análise crítica e articulada das contribuições da dança para o ambiente escolar, busca-se compreender como essa linguagem pode ser utilizada de forma planejada e intencional no contexto da educação inclusiva. A abordagem aqui proposta visa evidenciar a potência pedagógica da dança, considerando-a como uma estratégia metodológica capaz de respeitar as singularidades dos alunos e contribuir significativamente para a construção de uma escola mais democrática, sensível às diferenças e comprometida com a equidade.

1. A dança, primeiras considerações: história e relação com a educação

A dança é uma forma de expressão corporal que envolve movimentos rítmicos e criativos, capaz de transmitir emoções e sentimentos. Embora seja comumente associada à arte e ao entretenimento, a dança também pode ser uma ferramenta eficaz de aprendizagem. Três fatores contribuem para essa afirmação: a capacidade de desenvolver habilidades cognitivas, a promoção de valores sociais e a estimulação da criatividade (Spessato & Valentini, 2013). No entanto, é

comum ouvir que a dança é algo superficial e sem valor pedagógico. Mas, é justamente o contrário. A dança pode ser uma aliada valiosa no processo de aprendizagem.

Em mesmo sentido, o gesto e o movimento constituem expressões fundamentais e originárias da dança, representando as primeiras formas de exteriorização emocional do ser humano. Antes mesmo do surgimento da linguagem verbal, o corpo já se comunicava por meio do ritmo e da movimentação, como expressão direta das emoções. De acordo com Hannelore Fahlbusch (1990, *apud* Franco & Ferreira, 2016), o gesto primitivo precedia a fala e traduzia uma forma de o indivíduo se manifestar diante do mundo, orientado pelo ritmo natural de suas emoções. Essa perspectiva reforça a ideia de que o movimento corporal foi, desde os primórdios, um canal essencial de interação e significação.

A história da dança remonta às origens mais primitivas da humanidade, estando intimamente ligada aos rituais, celebrações e modos de expressão simbólica de diferentes culturas. Desde tempos remotos, a dança manifestava aspectos religiosos, míticos, sociais e políticos das sociedades, exercendo papel fundamental na comunicação e na identidade coletiva dos povos. Como destaca Godoi & Bogeia (2022), a dança foi uma das primeiras formas de linguagem humana e, ao longo da história, assumiu diferentes funções, variando conforme o contexto cultural e histórico.

Faro (2004) corrobora com o autor e aponta que os primeiros indícios da dança remontam à pré-história, evidenciados por registros arqueológicos que permitem interpretá-la como uma manifestação originada da religião ou, ao menos, intimamente associada a ela. Concordamos com essa perspectiva e com os autores citados ao considerar que, assim como as demais formas artísticas, a dança surge da necessidade humana de expressão, refletindo, naquele contexto ancestral, os principais eventos sociais - como o nascimento, o casamento, a colheita, a caça, as festividades relacionadas ao sol e à lua -. Nessa perspectiva, a dança, para o homem primitivo, estava profundamente vinculada à magia.

Dessa forma, a dança se consolidou como uma linguagem universal nos primórdios da civilização, precedendo a própria fala. Por meio dela, povos, por mais distantes que fossem, podiam comunicar suas emoções, sentimentos, angústias e ideias de maneira acessível a todos. Com o passar do tempo, a dança foi sendo sistematizada e assumiu formatos distintos em diversas civilizações. No Egito Antigo, por exemplo, era uma prática ligada à religiosidade e à hierarquia social; na Grécia clássica, era parte da educação dos cidadãos; e na Idade Média, teve seu valor cerceado pelos dogmas eclesiásticos, sendo retomada com novos sentidos na Renascença. Essa

trajetória histórica demonstra que a dança não apenas acompanha a evolução da sociedade, mas também reflete as transformações de valores e formas de subjetivação ao longo do tempo (Tadra, 2009).

A partir da modernidade, a dança ganha novas roupagens e se desvincula gradualmente de seus aspectos ritualísticos, emergindo também como linguagem artística autônoma e expressão estética individual. No século XX, com os movimentos de dança moderna e contemporânea, as coreografias passam a explorar o corpo de maneira mais livre e expressiva, enfatizando a subjetividade, a improvisação e a crítica social. Conforme Godoi & Boga (2022), essa ressignificação da dança amplia sua potência como linguagem educativa, abrindo espaço para abordagens que contemplam a diversidade de corpos, pensamentos e modos de ser. Essa evolução no papel e na percepção da dança nos convida a examinar como sua história foi categorizada e interpretada por diferentes estudiosos.

Como dito, vários estudos propuseram diferentes maneiras de classificar a história da dança. Fahlbusch (1990 *apud* Franco & Ferreira, 2016)), por exemplo, distingue entre formas de dança artística e social, enquanto Marques (2010) classifica a dança como "danças externas para o lazer" ou "danças teatrais ou artísticas". Por outro lado, Faro (2004) organiza a história da dança em três categorias principais: minorias, folclórica e teatral. Embora esses autores tenham diferido principalmente em sua terminologia, optamos por seguir a classificação de Faro (2004), pois ela fornece uma perspectiva histórica mais abrangente. Faro não apenas categoriza a dança, mas também traçou sua evolução em vários cenários, como o templo, a aldeia, a igreja, a praça, o salão e o palco, oferecendo uma visão geral detalhada do desenvolvimento da dança ao longo do tempo.

Nesse sentido, a dança passa a ser considerada também um campo estratégico de atuação pedagógica, especialmente em contextos escolares. Godoi & Boga (2022) argumenta que a dança, ao ser inserida na educação, contribui não apenas para o desenvolvimento físico-motor, mas também para a ampliação da percepção de mundo, da sensibilidade e das habilidades socioemocionais. Trata-se de um instrumento que permite aos alunos se expressarem de forma criativa, desenvolverem a consciência corporal e ampliarem a autoestima e a autonomia.

Dada a necessidade de compensar a educação, podemos encarar a dança como uma forma de aprendizagem que acolhe a diversidade, incentivando o diálogo entre diferentes aspectos da existência humana e valorizando a adaptabilidade do corpo e a apreciação da beleza como partes essenciais da vida. Nesse sentido, a aprendizagem vai além da simples absorção de

conhecimentos e significados já moldados pela sociedade; envolve também desafiar os significados propostos e criar novos. Assim, aprender também significa, e num sentido muito forte, esquecer as linhas de demarcação dos significados já estabelecidos e criar outros novos significados (Porpino, 2018).

Dessa forma, quando aplicada como estratégia de aprendizagem, a dança revela-se uma ferramenta poderosa para promover a inclusão escolar. Isso porque ela opera na lógica da corporeidade, do movimento e da interação, permitindo que alunos com diferentes estilos de aprendizagem e necessidades educativas especiais participem de experiências significativas. A linguagem corporal rompe com as barreiras da linguagem verbal tradicional e favorece múltiplas formas de expressão, o que é fundamental para garantir a participação efetiva de todos no processo educativo.

Como aponta Godoi (2022), o corpo que dança é também um corpo que comunica, que produz sentido e que reivindica espaço. Nesse contexto, a dança tem o potencial de romper com estigmas historicamente construídos em torno da deficiência, substituindo uma lógica de limitação por uma lógica de potência. O movimento do corpo se torna expressão de subjetividade, de identidade e de pertencimento, especialmente em práticas pedagógicas que valorizam o acolhimento das diferenças. Levando essa ideia para o âmbito escolar, Cruz e Medeiros (2020, p.6) afirmam que

[...] é necessário que a dança deixe o academicismo, que se resumia ao aprendizado de técnicas e estilos, para abranger um contexto educacional maior, proporcionando aos alunos a compreensão e vivências dos nossos ritmos e danças, resgatando as diferentes formas de resistência cultural e social, a qual faz parte da realidade do homem na sociedade, numa visão de dança enquanto possibilidade de resgate da cultura.

Pode-se inferir que, a educação em dança deve ir mais além do simples conhecimento de técnica e estilo. Em mudança, você deve ajudar os estudantes a experimentar e compreender diversos ritmos e bailes, permitindo-lhes conectar-se com as tradições culturais e as histórias sociais. Esta abordagem mais ampla não preserva apenas a identidade cultural, mas também fomenta a valorização do papel da dança na sociedade.

Além disso, ao considerar a dança no processo educativo, é possível aproximar-se de uma proposta pedagógica mais humanizada, que compreenda o aluno em sua totalidade — corpo, mente e emoção. A abordagem da dança na aprendizagem possibilita que o conhecimento não seja transmitido de forma mecânica, mas construído de forma sensível, experiencial e relacional.

Como indica Godoi & Boguea (2022), ao dançar, o aluno vivencia o conhecimento de forma integrada, o que favorece a retenção de conteúdos e o engajamento no processo escolar.

Do ponto de vista da inclusão, a dança também se configura como um espaço democrático de convivência, pois acolhe múltiplas linguagens e respeita o tempo e o ritmo de cada sujeito. Quando inserida em projetos pedagógicos voltados para alunos com necessidades educacionais especiais, pode contribuir para o desenvolvimento da coordenação motora, do equilíbrio, da lateralidade, da atenção, da comunicação e da socialização. A dança, nesse contexto, assume caráter terapêutico e pedagógico, favorecendo o desenvolvimento global dos aprendizes.

Santos & Figueiredo (2003) em consonância com a afirmação acima, consideram que a dança no ambiente escolar, é essencial encará-la como uma poderosa ferramenta de inclusão. A dança oferece a todos os alunos, independentemente de sua origem ou habilidades, um espaço para participar, se expressar e se sentir valorizado. Ao priorizar abordagens pedagógicas que focam não apenas no produto final, mas também no processo, as escolas criam uma atmosfera onde o corpo e a expressão pessoal de cada aluno são respeitados. Enfatizar a inclusão na educação em dança apoia a humanização, incentiva a ludicidade e defende os valores artísticos, ao mesmo tempo que celebra a diversidade estética e de habilidades na sala de aula. Isso garante que a dança se torne uma experiência acolhedora e enriquecedora para todos, fomentando um senso de pertencimento e comunidade entre os alunos.

Assim, é possível afirmar que a dança, ao longo da história, tem sido uma forma de expressão profundamente significativa e, quando articulada aos princípios da educação inclusiva, representa uma estratégia potente de ensino-aprendizagem. O resgate da trajetória histórica da dança, conforme trazido por Godoi & Boguea (2022) e pelos demais autores analisados, revela a importância de incorporar práticas corporais e artísticas no cotidiano escolar, especialmente como ferramenta de inclusão e valorização da diversidade humana.

Portanto, ao compreender a dança como prática educativa, resgata-se também uma dimensão ancestral de aprendizagem, onde o saber emerge do corpo em movimento, da experiência compartilhada e da construção coletiva de sentidos. Essa perspectiva amplia o entendimento da escola como espaço plural e reafirma o papel da arte como linguagem formadora e transformadora.

2. A dança como ferramenta de aprendizagem: uma abordagem teórica

A escola, enquanto espaço institucional de transmissão dos conhecimentos socialmente construídos, tem como objetivo ensinar seus alunos a lerem, escrever, calcular e dominar os símbolos e linguagens próprias do meio em que estão inseridos. No entanto, há uma contradição entre esse propósito e sua aplicação prática. Ao mesmo tempo em que se espera atitudes socializadas por parte dos estudantes, o ambiente escolar frequentemente os submete a práticas individualizadas, realizadas entre quatro paredes, em carteiras fixas e uniformizadas, que isolam as crianças e inibem a interação. As atividades são majoritariamente individuais, com pouca margem para inovação, o que torna o processo desestimulante, repetitivo e marcado pela competitividade e pelo isolamento. Desde a educação infantil, observa-se uma gestualidade padronizada, que limita a expressividade e favorece a massificação dos comportamentos.

Diante desse cenário, surgem propostas pedagógicas que buscam romper com essa lógica tradicional e valorizar práticas mais integradoras e significativas. As correntes pedagógicas contemporâneas reconhecem a dança como uma ferramenta eficaz no processo de ensino-aprendizagem, ao integrar corpo, mente e emoções (Souza & Reis, 2021). Nesse contexto, torna-se relevante resgatar as origens da dança e sua trajetória histórica como manifestação da cultura corporal humana, compreendendo sua relevância na aprendizagem escolar.

A dança é uma das mais antigas manifestações da cultura corporal da humanidade, estando presente nas mais diversas sociedades desde os primórdios da história. Mesmo de forma rudimentar e marcada pelas especificidades de cada época, é possível afirmar que a trajetória do ser humano está intrinsecamente ligada à expressão dançante. Ao longo do tempo, a dança acompanhou o homem como forma de linguagem não verbal, expressando emoções, crenças e modos de viver. Nesse sentido, autores como Cavaşin e Fischer (2003) e Gariba e Franzoni (2008) destacam que os indivíduos, desde os primórdios de sua existência, utilizavam a dança como uma expressão corpórea, enquanto Friedrich e Mendes (2009) ressaltam que diferentes formas de motivação impulsionavam essa prática ao longo das eras.

Sob a perspectiva cultural, a dança pode ser entendida como uma forma de representação simbólica de uma coletividade. Cavaşin e Fischer (2003) afirmam que ela constitui uma das expressões mais evidentes do conteúdo cultural de um grupo, evidenciando as crenças, valores e identidades que o compõem. Complementando essa visão, Brasileiro (2003) reforça que a dança representa a manifestação da cultura de uma sociedade específica, sendo, portanto, um fenômeno carregado de significados sociais e históricos. Sua prática revela traços característicos de cada povo, reforçando a importância de seu reconhecimento como patrimônio imaterial.

Com base na compreensão de que a dança está impregnada de saberes oriundos de distintas tradições culturais, surge a necessidade de sua inserção no espaço escolar como conteúdo estruturante. Segundo Rocha e Rodrigues (2007), a definição dos conteúdos escolares deve atender aos critérios filosóficos, políticos, científicos e culturais, de modo a garantir uma formação ampla e crítica. Sob esse ponto de vista, a dança, por seu caráter interdisciplinar e formativo, justifica plenamente sua presença no currículo, especialmente por permitir a articulação entre conhecimento, corporeidade e identidade cultural.

O uso da dança como ferramenta educativa possui raízes antigas. Segundo Cavasin e Fischer (2003), sua primeira menção com finalidade pedagógica remonta à Grécia Antiga, sendo reconhecida nos ensinamentos de Platão. Já no século XIV, a dança foi incorporada à formação da nobreza europeia, evidenciando seu valor como elemento de refinamento e disciplina. Essa trajetória histórica reforça sua legitimidade como recurso educacional, cuja relevância permanece até os dias atuais.

A partir dessa compreensão histórica, é possível estabelecer conexões com fundamentos pedagógicos contemporâneos que reforçam o papel da dança no desenvolvimento integral dos educandos. Como reforço a essa teoria, vale destacar o que afirmam Santos, Capella e Glap (2022, p. 12)

O trabalho pedagógico desenvolvido por meio da dança implica em multifunções, ou seja, se caracteriza por diversas funções no contexto ensino aprendizagem, no desenvolvimento motor, na socialização, na expressão de sentimentos, da consciência corporal, do equilíbrio, da flexibilidade, ou seja, ela permite que a criança construa novos conceitos em seu espaço. Além de ser um intermédio facilitador no desenvolvimento de sua formação, a dança em conjunto com a música intensifica na aprendizagem, pois ambas estão interligadas, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo do indivíduo.

A abordagem construtivista destaca a aprendizagem pela interação com o meio, enquanto a psicomotricidade reforça que o domínio corporal impulsiona avanços cognitivos e afetivos. A dança contribui para o desenvolvimento da coordenação motora, da criatividade, da expressão pessoal e do fortalecimento da autoestima. Além dos benefícios físicos, promove valores sociais, como cooperação e comunicação, favorecendo o desenvolvimento integral. Assim, torna-se uma prática educativa que torna o aprendizado mais dinâmico, significativo e expressivo (Souza & Reis, 2021).

A dança é reconhecida por sua relevância no contexto educacional, sua inserção no ambiente escolar requer, portanto, planejamento intencional e fundamentação pedagógica. Para que atenda plenamente aos seus propósitos educativos, é necessário que sua prática seja orientada de forma consciente, visando à aprendizagem significativa. Dessa forma, o conteúdo dança deve ser compreendido não apenas como expressão artística, mas como um recurso didático capaz de favorecer a aquisição de conhecimentos, o aprimoramento do raciocínio e o desenvolvimento de comportamentos mais autônomos e conscientes por parte dos alunos, consolidando-se como uma ferramenta eficaz no processo de ensino-aprendizagem (Martins, 2022).

Ressalta-se, portanto, a importância da dança como ferramenta educacional e o reconhecimento em documentos oficiais que orientam a educação brasileira, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Trata-se de um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas da educação básica no Brasil. A BNCC estabelece as competências e os saberes fundamentais que os alunos devem vivenciar e desenvolver durante sua formação escolar (Brasil, 2017). Assim, no Ensino Fundamental, a BNCC está estruturada em cinco áreas do conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso. Entre os princípios que norteiam o documento, destaca-se a promoção de uma formação humana integral, voltada para o desenvolvimento de competências que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. Nesse contexto, a dança se insere como uma linguagem expressiva capaz de potencializar o desenvolvimento cognitivo, corporal e social dos estudantes, em consonância com os objetivos formativos propostos pela BNCC.

Dando continuidade a essa perspectiva, é importante destacar que o desenvolvimento de habilidades cognitivas constitui um dos principais benefícios da dança enquanto ferramenta de aprendizagem. O desenvolvimento de habilidades cognitivas é um dos principais benefícios da dança como ferramenta de aprendizagem. Com a dança, é possível desenvolver a memória, a concentração e a coordenação motora, fundamentais para a aprendizagem. Um exemplo prático é a utilização da dança para ensinar conceitos matemáticos, como a geometria e a numeração. A dança pode ajudar os alunos a internalizarem esses conceitos de forma mais interativa e divertida, como afirmam Santos, Capella e Glap (2022).

Logo, ao considerar que a dança contribui para o desenvolvimento da memória, da concentração e da coordenação motora, compreende-se que ela ultrapassa o aspecto artístico e se consolida como estratégia pedagógica eficiente. Sua aplicação em contextos escolares, inclusive

no ensino de conteúdos curriculares como a matemática, torna o processo de aprendizagem mais acessível, interativo e inclusivo. Madruga e Nora (2016 *apud* Júnior *et al.*, 2020, p. 174) consideram que

[...] é preciso destacar que a dança da escola se caracteriza pelas múltiplas experiências sensíveis oferecidas, notadamente em relação às descobertas das potencialidades do corpo e suas relações com o mundo. Assim, o professor deve conhecer e respeitar as necessidades, os anseios e desejos dos alunos, o meio onde convivem e as atividades que desenvolvem, bem como oportunizar o maior número possível de experiências. Esses indicadores são fundamentais para que o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem seja realmente eficaz.

Nota-se que a dança no ambiente escolar deve ser concebida como um processo pedagógico que valoriza as experiências sensíveis e corporais dos alunos. Ao proporcionar vivências que respeitam suas individualidades, o educador favorece descobertas importantes sobre o corpo e o mundo, ampliando as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento integral. Um dos principais objetivos da dança no ambiente educacional é proporcionar ao aluno o desenvolvimento do domínio sobre o próprio corpo, promovendo o aprimoramento da movimentação e a aprendizagem de novas formas de se expressar no espaço. Por meio dessa prática, o estudante é incentivado a superar seus próprios limites, favorecendo o desenvolvimento de aspectos motores, sociais, afetivos e cognitivos (Godoi & Bogéa, 2022),

A partir dessa perspectiva, a dança também se apresenta como um instrumento eficaz para o aprimoramento de funções cognitivas, contribuindo de forma significativa para o fortalecimento da memória, da concentração e de outras habilidades indispensáveis ao desempenho acadêmico. Nesse sentido, a dança configura-se como um recurso pedagógico relevante no fortalecimento de capacidades cognitivas, especialmente no que se refere à memória e à concentração. A realização de coreografias e sequências corporais exige dos estudantes a memorização de movimentos, ritmos e transições, promovendo o exercício contínuo da memória de curto e longo prazo (Pires & Caregnato, 2019). Simultaneamente, a atenção dirigida aos comandos do professor e a necessidade de sincronização com os colegas demandam níveis elevados de concentração, ampliando o foco atencional dos participantes (Santos; Capella; Glap, 2022). Assim, o ambiente proporcionado pela prática da dança favorece o desenvolvimento dessas competências, as quais são fundamentais para o desempenho acadêmico e para a formação integral do educando.

A inserção da dança no ambiente escolar possibilita à criança compreender a mobilidade como expressão do desenvolvimento, promovendo o conhecimento do próprio corpo e favorecendo a conquista de níveis progressivos de autonomia. Nesse contexto, a dança revela-se como um instrumento pedagógico de grande potencial, capaz de contribuir de forma significativa para os processos de ensino e aprendizagem. Sua prática sistematizada no espaço educativo atua diretamente no aprimoramento das dimensões cognitiva, psicomotora e social da criança, fortalecendo a formação integral do educando (Santos; Capella; Glap, 2022).

A citação de Santos, Capella e Glap (2022) evidencia a relevância da dança como prática pedagógica estruturada no ambiente escolar, destacando seu papel não apenas como expressão artística, mas como um meio eficaz de desenvolvimento integral. Ao reconhecer a mobilidade como linguagem expressiva, a criança passa a perceber seu corpo como instrumento de aprendizagem, o que amplia suas possibilidades de interação com o meio e com os outros. Nesse processo, a autonomia se constrói gradualmente, à medida que o educando explora, descobre e domina novas formas de movimento.

Assim, compreende-se que a dança, quando inserida de forma intencional e planejada no contexto educativo, transcende o caráter recreativo e assume uma função formativa essencial. Ela favorece não apenas o desenvolvimento psicomotor, mas também estimula habilidades cognitivas, afetivas e sociais, contribuindo para uma educação que valoriza a totalidade do ser. Desse modo, a dança reafirma sua importância como uma estratégia pedagógica potente, capaz de enriquecer os processos de ensino e aprendizagem e promover a inclusão, a expressão e a construção da identidade na infância.

3. Os benefícios da dança em contextos educacionais

Ao considerar a dança como um instrumento pedagógico no espaço escolar, é importante reconhecer sua multifuncionalidade no processo de ensino-aprendizagem. Ela atua sobre dimensões motoras, cognitivas, emocionais e sociais, promovendo a construção de novos conceitos por meio do corpo em movimento. Como afirma Souza (*apud* Pereira, 2006; Santos, 2005), é necessário superar os paradigmas tradicionais da educação física para explorar o potencial da dança de forma mais profunda e significativa. Sua prática deve respeitar o ritmo e

os limites dos alunos, especialmente na adolescência, sendo uma escolha motivadora e não uma imposição.

Totvs (2022) (*apud* Melo, 2023, p. 4) acrescenta ainda que

A Dança no âmbito escolar tem como prioridade os processos pedagógicos, fundamentais para compreender a importância de uma prática que respeite o limite de cada corpo, a liberdade de expressão, além de possibilitar a inclusão dos alunos com deficiência, compreendendo que todo ser humano é capaz de se desenvolver, de aprender no seu tempo (físico, cognitivo, emocional, psicológico e motor). Nessa perspectiva, o ensino inclusivo se mostra uma alternativa contemporânea e urgente a esse padrão de escola que separa a educação regular da educação especial.

A escola pode assumir um papel decisivo na educação corporal e no desenvolvimento interpretativo e criativo da dança, contribuindo para que os alunos compreendam e ressignifiquem as relações entre corpo, dança e sociedade. Esse compromisso torna-se ainda mais relevante no Ensino Fundamental, momento em que os estudantes passam a ter maior consciência corporal e de suas vivências sociais e culturais. Nessa etapa, é imprescindível que a escola promova o conhecimento em dança de forma crítica e transformadora, estimulando nos alunos uma compreensão mais ampla de seu papel em uma sociedade plural e democrática como a nossa. Caso a dança já tenha sido introduzida nos primeiros ciclos, os alunos provavelmente terão desenvolvido noções básicas sobre habilidades corporais e elementos fundamentais da linguagem da dança. A partir disso, cabe ao professor propor experiências mais desafiadoras, voltadas ao aperfeiçoamento dessas habilidades, buscando aprofundar a percepção, a sensibilidade e a sinestesia durante a prática. Essa continuidade é essencial para que a dança não seja tratada apenas como expressão espontânea, mas como linguagem estruturada, reflexiva e formadora. É uma oportunidade valiosa de ampliar o repertório corporal dos alunos e, ao mesmo tempo, fortalecer sua identidade cultural e social.

Considerando essa perspectiva, é importante considerar o potencial transformador da dança em contextos de vulnerabilidade e diversidade. Por isso, a acessibilidade e a força integradora da dança são destacadas por Ferreira (2024), que aponta sua capacidade de unir pessoas, despertar alegria e fortalecer vínculos. Por exigir poucos recursos materiais, torna-se uma opção viável para contextos com restrições econômicas, o que reforça seu valor enquanto ferramenta democrática e inclusiva. Nesse sentido, é possível perceber que a dança não apenas

movimenta corpos, mas também transforma realidades escolares ao ampliar as possibilidades de participação e pertencimento.

Complementando essa perspectiva, Almeida e Costa (2019) observam que a dança permite o desenvolvimento de habilidades como lateralidade, tonicidade, equilíbrio e consciência corporal, especialmente quando realizada por meio de atividades lúdicas e expressivas. O processo educativo torna-se mais significativo quando o aluno é convidado a criar seus próprios movimentos, reconhecendo o corpo como território de expressão, descoberta e superação.

Para Neila (2016), o caráter lúdico da dança é essencial para promover experiências educativas que humanizam e integram. Quando bem planejada pelos docentes, essa prática pedagógica se torna catalisadora de relações de respeito, curiosidade e entusiasmo em sala de aula. Essa abordagem reafirma o papel do professor como mediador sensível, capaz de transformar o cotidiano escolar em um espaço de escuta e criação.

Dentro dessa perspectiva humanizadora, é fundamental reconhecer que a dança, além de integrar afetivamente os alunos, desempenha um papel decisivo na promoção do desenvolvimento psicomotor, especialmente nas etapas iniciais da educação infantil. A dança educativa apresenta grande potencial para favorecer o desenvolvimento motor infantil, especialmente nas primeiras fases da vida escolar. Silva e Leite (2015) ressaltam que, entre crianças de 4 a 5 anos, a dança atua como ferramenta eficaz na estimulação psicomotora, promovendo a expressão corporal e prevenindo possíveis distúrbios motores. O uso de ritmos, sons e movimentos estimula o corpo e contribui para o amadurecimento de habilidades essenciais à formação global da criança.

Silva e Rosa (2008) corroboram e afirmam que a dança, quando inserida em experiências educacionais, favorece a aprendizagem em cada fase do desenvolvimento psicomotor da criança, ao mesmo tempo em que estimula sua criatividade e permite que ela crie seus próprios movimentos. A partir dessa perspectiva, compreende-se que as atividades corporais estão intimamente ligadas à consciência corporal, ao desenvolvimento de habilidades motoras e à capacidade de percepção do espaço. Além disso, tais práticas contribuem para o fortalecimento da cognição e para o refinamento das coordenações motoras. Ao integrar a dança ao processo de ensino, é possível trabalhar tanto com movimentos organizados quanto espontâneos, promovendo o engajamento físico e intelectual do aluno por meio do estímulo à exploração e à investigação corporal.

Na mesma direção, Corrêa dos Anjos e Ferraro (2018) demonstram, com base em estudo comparativo, que crianças submetidas a aulas de dança apresentaram uma evolução motora mais acelerada em relação ao grupo controle. Embora os resultados entre os grupos tenham se aproximado com o passar do tempo, os autores destacam que a prática contínua da dança favorece o desenvolvimento de coordenação, equilíbrio e novas possibilidades motoras. Tais evidências reforçam a importância de incluir a dança nos programas escolares de forma sistemática e prolongada.

Ainda sobre esse aspecto, Soares, Silva e Gomes (2021) ampliam a discussão ao destacar que a dança também atua no plano cognitivo e afetivo, facilitando a percepção espacial, a noção temporal e o fortalecimento da consciência corporal. Segundo os autores, a combinação de ritmos e movimentos ajuda as crianças a desenvolverem equilíbrio, lateralidade e flexibilidade, além de favorecer a expressão emocional e a comunicação de sentimentos por meio do corpo em movimento.

A pesquisa conduzida por Silva (2017) reforça os benefícios da dança no contexto das escolas de tempo integral, destacando sua contribuição efetiva para o desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo das crianças. Os dados indicam que, além de aprimorar habilidades motoras, a prática da dança estimula a socialização e favorece o desenvolvimento de atitudes como responsabilidade, disciplina e compromisso. A execução de movimentos rítmicos, por sua vez, potencializa o raciocínio rápido, as habilidades interpessoais e outras competências transferíveis para diferentes áreas do conhecimento. Esses achados dialogam diretamente com os objetivos deste estudo, ao evidenciar que a dança é uma ferramenta educativa que promove não apenas o desenvolvimento motor, mas também aspectos emocionais e sociais fundamentais para a formação integral da criança.

Entretanto, Corrêa dos Anjos e Ferraro (2018) também chamam atenção para o fato de que, apesar da legislação brasileira reconhecer a dança como conteúdo curricular, sua implementação ainda é limitada. Em comparação a outros países, o Brasil avança timidamente na consolidação da dança no contexto educacional. Essa lacuna aponta para a necessidade de ampliar sua valorização nas escolas, sobretudo considerando os múltiplos benefícios pedagógicos evidenciados pelas pesquisas.

É evidente, portanto, que a dança, além de seu valor artístico e cultural, cumpre uma função educacional de grande relevância. Ela possibilita um ensino mais dinâmico, inclusivo e voltado à formação integral. Por esse motivo, sua implementação no currículo escolar deve ser

defendida não apenas como uma opção metodológica, mas como uma estratégia fundamental para alcançar os objetivos de uma educação mais humanizada, crítica e transformadora.

4. A dança no contexto escolar inclusivo: potencialidades para o desenvolvimento de alunos com necessidades educacionais especiais

Para compreender plenamente o papel da dança no desenvolvimento cognitivo de alunos com necessidades especiais, é indispensável partir de uma reflexão sobre o conceito de inclusão e o arcabouço legal que o sustenta no contexto educacional brasileiro. A inclusão escolar vai além da simples presença física do estudante na sala de aula: trata-se de garantir condições reais de aprendizagem, participação e desenvolvimento, respeitando as singularidades de cada aluno. Nesse sentido, a legislação brasileira tem avançado ao estabelecer diretrizes que asseguram o direito à educação de qualidade para todos, com base na equidade, na justiça social e no reconhecimento da diversidade. Compreender esses fundamentos é essencial para situar a dança como uma prática pedagógica inclusiva, capaz de favorecer não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também a expressão corporal, a autoestima e a integração social de crianças com necessidades educacionais especiais.

4.1 Conceito de inclusão

A inclusão escolar, cada vez mais presente nas discussões educacionais contemporâneas, exige um olhar atento e sensível por parte dos professores. Com a crescente demanda de estudantes com necessidades educacionais especiais, torna-se indispensável que os profissionais da educação estejam preparados para oferecer um ensino que contemple a diversidade, assegurando um atendimento pleno e equitativo. Nesse contexto, a prática artística se destaca não apenas como uma atividade cognitiva, mas também como uma fonte de prazer e expressão. Nesse sentido, compreender o conceito de inclusão torna-se fundamental para refletir sobre sua aplicação na prática educativa.

O conceito de “inclusão” pode ser compreendido em múltiplas áreas da sociedade, assumindo sentidos diversos a depender do contexto em que é utilizado. Segundo Victor, Vieira e Oliveira (2017), o termo carrega o significado de inserir, fazer parte, abranger ou compreender

determinado grupo, sendo um conceito abrangente que, embora genérico em sua definição, adquire especificidade quando aplicado em diferentes campos do saber. No âmbito educacional, sua aplicação se torna ainda mais significativa, especialmente quando se trata da escolarização de alunos da Educação Especial. Nesse sentido, os mesmos autores apontam que a expressão "inclusão escolar" deve ser utilizada ao se referir à prática de garantir a matrícula e permanência de estudantes com necessidades educacionais especiais em turmas regulares de escolas comuns. Esta terminologia remete diretamente ao movimento contemporâneo de valorização da presença ativa e participativa desses alunos nos espaços educativos, reforçando uma mudança de paradigma em relação ao modelo segregador outrora dominante.

Embora os termos “inclusão escolar” e “educação inclusiva” sejam frequentemente utilizados como sinônimos, Camargo (2017) esclarece que há distinções importantes. Enquanto a inclusão escolar refere-se ao processo de eliminar barreiras físicas e pedagógicas no ambiente escolar, permitindo a integração plena dos alunos com deficiência, a educação inclusiva é uma abordagem mais ampla, que propõe uma educação de qualidade para todas as crianças, independentemente de sua origem étnica, condição socioeconômica ou diversidade funcional. Esta abordagem, portanto, está alicerçada em princípios de equidade, justiça social e valorização da diversidade.

Mantoan (2006) reforça essa visão ao afirmar que a inclusão escolar constitui apenas uma dimensão da educação inclusiva, a qual exige transformações profundas na estrutura e cultura da escola. Isso inclui desde a acessibilidade física até a formação dos docentes, passando pela reformulação das práticas pedagógicas. Trata-se, portanto, de um processo contínuo que demanda engajamento coletivo e institucional, haja vista, a inclusão escolar exige mudanças profundas na estrutura e na cultura das instituições de ensino. Não se trata apenas de garantir o acesso físico à escola, mas de promover transformações que possibilitem a participação plena e o aprendizado de todos os estudantes, independentemente de suas condições. Isso envolve desde a adequação dos espaços até a reformulação das práticas pedagógicas, exigindo uma postura crítica, reflexiva e colaborativa por parte da equipe docente e da gestão escolar. A inclusão, portanto, é um processo contínuo, que demanda engajamento coletivo, formação permanente e compromisso ético com a equidade e com o direito à educação de qualidade para todos.

Silva e Carvalho (2017) complementam essa discussão ao enfatizar que a inclusão escolar ultrapassa a mera presença física dos alunos na escola. É preciso considerar não só os recursos pedagógicos, mas também as condições de acesso à escola e a forma como os estudantes experienciam esse espaço. Isso envolve desde a chegada do aluno à instituição até sua vivência

nas salas de aula, nos pátios e nos demais ambientes de aprendizagem. Isso porque a inclusão escolar vai além da simples presença dos alunos no ambiente escolar. É necessário refletir sobre todo o percurso do estudante dentro da instituição, desde o acesso físico até as interações nos diferentes espaços de aprendizagem. A efetivação da inclusão passa pela oferta de recursos pedagógicos adequados, mas também por garantir que os alunos se sintam acolhidos, participem ativamente das atividades escolares e construam vínculos significativos.

Dentro dessa lógica, garantir o acesso equitativo à educação implica enfrentar as desigualdades estruturais que ainda limitam as oportunidades de muitos estudantes. Para tanto, as escolas devem ofertar transporte escolar, alimentação adequada e demais serviços de apoio, promovendo a permanência dos alunos e a efetividade de sua aprendizagem. É fundamental, portanto, que os sistemas de ensino assumam o compromisso de atuar contra as barreiras que impedem o acesso pleno à educação de qualidade.

Glat (2018) aprofunda essa análise ao afirmar que a atuação da Educação Especial, no contexto da inclusão escolar, deve ter como foco principal o suporte aos professores do ensino comum. Ainda que envolva o acompanhamento de um professor especialista, a escolarização ocorre prioritariamente na sala de aula regular. Nesse cenário, é o professor regente quem assume a função de ensinar a todos os alunos, inclusive os que possuem necessidades educacionais especiais. A inclusão escolar requer que o professor da sala regular seja protagonista no ensino de todos, contando com suporte da Educação Especial, sem transferir a responsabilidade do processo inclusivo.

Esse entendimento reforça o papel central dos docentes na efetivação da inclusão. É imprescindível que estejam preparados para atuar com metodologias flexíveis e sensíveis à diversidade. Para isso, a formação continuada em Educação Inclusiva se mostra indispensável, fornecendo subsídios teóricos e práticos para que possam planejar estratégias adaptadas à realidade de cada estudante. O apoio técnico da Educação Especial torna-se, assim, um importante aliado nesse processo, ao oferecer recursos que favorecem o desenvolvimento pleno de todos os alunos em ambientes de aprendizagem verdadeiramente inclusivos.

4.2 Legislação da inclusão

A legislação referente à inclusão educacional reúne um conjunto de leis, diretrizes e normas destinadas a assegurar os direitos de estudantes com deficiência, transtornos globais do

desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e demais necessidades educacionais especiais. Esses dispositivos normativos visam garantir não apenas o acesso à educação, mas também a permanência e a aprendizagem, promovendo a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade. Nesse cenário, conhecer a legislação inclusiva é essencial para fomentar uma sociedade mais justa, equitativa e acolhedora.

A inclusão escolar encontra respaldo em diversos dispositivos legais, com destaque para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Decreto nº 6.949/2009, que institui a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. No entanto, apesar da garantia legal do direito à matrícula, persistem entraves quanto à efetivação da aprendizagem, especialmente devido à escassez de profissionais capacitados e à ausência de atendimento educacional especializado adequado em todos os níveis de ensino (Campos, Silva & Ciasca, 2018).

Os autores citados apontam que, embora existam legislações que assegurem o direito à educação inclusiva, sua eficácia depende diretamente das condições estruturais e humanas oferecidas pelas instituições. A ausência de professores especializados e a falta de políticas efetivas de formação continuada comprometem a qualidade do atendimento, revelando um descompasso entre o que está previsto legalmente e o que é efetivamente praticado nas escolas.

Entre os principais marcos legais da inclusão educacional, destaca-se a LDB (Lei nº 9.394/1996), a qual afirma, em seu artigo 2º, que a educação é um direito de todos e dever do Estado, devendo promover o pleno desenvolvimento da pessoa e sua preparação para o exercício da cidadania. A LDB também reforça a obrigatoriedade de garantir o acesso e a permanência de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sensoriais ou emocionais (Brasil, 1996).

Complementando esse arcabouço legal, o Decreto nº 6.949/2009 reforça a perspectiva inclusiva ao instituir que a educação especial deve ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino, com a devida provisão de recursos pedagógicos, tecnológicos e humanos, assegurando que as necessidades específicas dos estudantes sejam atendidas de forma eficiente (Brasil, 2009).

O Brasil também assumiu compromissos internacionais ao ratificar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU, 2006). Esse tratado reconhece a educação inclusiva como um direito fundamental e estabelece diretrizes para garantir a plena participação das pessoas com deficiência em todos os âmbitos da vida social, incluindo o acesso à educação em igualdade de condições.

Outro marco relevante é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esta legislação visa assegurar o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais em condições de igualdade, promovendo a inclusão social e a cidadania plena. Ela abrange uma série de medidas destinadas a garantir a acessibilidade, a educação inclusiva, o direito ao trabalho, à moradia, à saúde e à convivência social.

Entre as medidas estabelecidas pela Lei Brasileira de Inclusão, destacam-se a promoção da acessibilidade física e digital, a garantia do direito à educação em todos os níveis de ensino, a oferta de atendimento integral em saúde, a proteção contra discriminação e abusos, bem como a implementação de recursos de tecnologia assistiva e serviços de transporte acessível (Brasil, 2015). Trata-se de um instrumento legal robusto que contribui significativamente para o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência.

No campo da proteção infantojuvenil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) estabelece direitos específicos para crianças e adolescentes com deficiência. Entre os principais pontos, estão a garantia ao atendimento educacional especializado, o acesso à saúde, à convivência familiar e comunitária, e a proteção contra todas as formas de violência e negligência. O ECA também assegura o direito à cultura, ao lazer, à profissionalização e ao trabalho em condições de igualdade.

Essas garantias demonstram o compromisso legal do Estado com a promoção do desenvolvimento pleno e da inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência. No entanto, para que esses direitos se concretizem, é indispensável o envolvimento da sociedade, da escola e dos gestores públicos, a fim de assegurar a aplicação efetiva das normas previstas.

A Lei nº 10.048/2000, por sua vez, determina a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência em serviços públicos e privados. Ela estabelece que os ambientes institucionais devem oferecer condições adequadas de acessibilidade, garantindo a inclusão plena e o respeito à dignidade da pessoa humana. A lei também prevê a oferta de recursos como intérpretes de Libras, tecnologia assistiva e outros apoios fundamentais.

Na mesma direção, a Lei nº 10.098/2000 define critérios técnicos e padrões mínimos para garantir a acessibilidade em espaços públicos, edificações e meios de transporte. Essa legislação visa assegurar que todas as pessoas, inclusive aquelas com mobilidade reduzida, possam exercer seus direitos com autonomia e segurança, mediante adaptações arquitetônicas e urbanísticas adequadas.

Já a Lei nº 12.764/2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Ela reconhece o autismo como uma deficiência para fins legais, garantindo acesso à educação, saúde, assistência social e trabalho. Além disso, estabelece a obrigatoriedade da capacitação dos servidores públicos para o atendimento adequado às pessoas com TEA e incentiva a pesquisa científica sobre o tema.

Portanto, a legislação brasileira voltada à inclusão educacional e social de pessoas com deficiência ou transtornos do espectro autista é extensa e abrangente. No entanto, sua efetividade ainda enfrenta desafios práticos, como a carência de infraestrutura acessível e a falta de formação adequada dos profissionais da educação. Assim, torna-se urgente a implementação de políticas públicas que assegurem não apenas o cumprimento legal, mas também a transformação das práticas escolares e sociais.

5. O papel da dança como promotora de habilidades sociais e emocionais em estudantes com Necessidades Especiais

A dança inclusiva no ambiente escolar representa uma possibilidade concreta de promover a integração de alunos com necessidades educativas especiais (N.E.E.) por meio de experiências significativas com o corpo em movimento. Conforme destaca Carbonera (2008), a dança pode se tornar uma vivência lúdica, construtiva e acessível a todos, já que tem como principal instrumento o corpo. Ao romper com a lógica da técnica formal e do desempenho estético, a dança escolar valoriza a individualidade e favorece a expressão criativa de cada sujeito, possibilitando que todos participem do processo educativo com equidade.

Para Achcar (1998), a dança exerce um papel fundamental na vida do ser humano, seja na formação artística ou na integração social. Ao estimular dimensões tátil, visual, auditiva, afetiva, cognitiva e motora, a prática da dança contribui para o desenvolvimento da coordenação motora, do equilíbrio, da flexibilidade, bem como da consciência corporal e do bem-estar. Essas dimensões são particularmente relevantes para estudantes com deficiências, pois ampliam sua percepção de si e do outro no espaço escolar, criando oportunidades para interações significativas. Dessa forma,

A dança para pessoas com deficiência, muitas vezes, pode parecer estranha por ainda não haver uma familiaridade com esse tipo de expressão. Na medida em que essas

experiências possam produzir sentidos para um público mais amplo, é de se esperar que outras sensibilidades possam ser produzidas, o que até mesmo amplia as possibilidades estéticas da dança. Essa constituição de sentidos não significa somente uma outra sensibilidade dada à dança para pessoas com deficiência, mas abrange a possibilidade de essas se formularem e de descobrirem o que até o momento parecia subtrair-se à sua consciência (Santos, Gutierrez e Roble, 2019, p.274).

A dança, quando acessível a pessoas com deficiência, rompe com estigmas historicamente enraizados e amplia significativamente os horizontes sensoriais, emocionais e estéticos. Essa prática permite não apenas a vivência de novas formas de expressão, mas também o redescobrimento de si mesmo, favorecendo a construção de sentidos e significados antes invisibilizados. Por meio do movimento, revelam-se novas maneiras de sentir, interagir e compreender o mundo, promovendo inclusão, autonomia e pertencimento.

Nesse sentido, a concepção de dança enquanto prática pedagógica integradora é aprofundada por Laban (1990), que propôs a noção de "Dança Educativa", uma abordagem que articula saber corporal e existência integral. Nessa perspectiva, a dança ultrapassa os limites da estética e torna-se um instrumento de formação humana, ao integrar processos emocionais, cognitivos e relacionais. É nesse ponto que a inclusão encontra solo fértil: o movimento, por sua natureza expressiva, transforma-se em linguagem acessível, potente e humanizadora.

Nesse sentido, Marques (2010) enfatiza que a dança deve estar voltada ao desenvolvimento global da criança e do adolescente, assumindo um papel mais formativo do que decorativo. Na escola, sua função deve ser educativa e não apenas performática, auxiliando no aprendizado de valores como empatia, respeito, cooperação e autonomia. A autora chama a atenção para a necessidade de superarmos visões reducionistas que associam a dança somente a datas comemorativas ou apresentações formais.

É nesse ponto que entra a importância da formação docente. Como apontam os PCNs (BRASIL, 2001), a inclusão social promovida pela dança só se concretiza quando o professor está preparado para atender à diversidade. Isso envolve reconhecer as especificidades de cada aluno, planejar atividades adequadas às suas capacidades e garantir condições de participação ativa. Lima e Bosque (2010) defendem que ensinar dança a pessoas com deficiência exige uma ação docente que estimule a expressão individual e não imponha modelos pré-estabelecidos. O aluno deve ser incentivado a explorar gestos próprios, em vez de reproduzir padrões de movimento impostos externamente.

A prática da dança inclusiva deve, portanto, ser compreendida como uma proposta educacional recreativa e formativa, capaz de promover saúde, autoconfiança, integração social e liberdade de expressão. Por não se limitar à técnica, ela permite que os alunos adaptem os

movimentos ao seu cotidiano e contexto, respeitando seus ritmos e possibilidades. Tal abordagem favorece o fortalecimento da autoestima, impulsiona o desejo de participar e amplia o engajamento com o processo de aprendizagem.

No plano emocional e social, a dança estimula a cooperação, o respeito às diferenças e o sentimento de pertencimento. Ao envolver todos os estudantes em atividades colaborativas, o professor contribui para um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo. Nesse sentido, a dança se revela como um recurso metodológico potente, pois transforma as relações interpessoais e ressignifica os vínculos com o saber.

A Constituição Federal de 1988 assegura o direito à educação a todos, e essa prerrogativa inclui a inserção plena de alunos com N.E.E. nas escolas regulares. No entanto, a simples presença física desses alunos não garante sua inclusão. É fundamental que existam acompanhamentos pedagógicos, estratégias personalizadas e espaço para expressão. Quando bem conduzida, a dança cumpre esse papel ao permitir que os estudantes participem ativamente do processo de ensino-aprendizagem.

Cuba (2018) reforça que é no "fazer artístico" que os alunos desenvolvem habilidades, constroem significados e se fortalecem emocionalmente. O professor, como mediador, deve criar condições para que a dança se torne uma experiência de criação, expressão e escuta. Dessa forma, a escola cumpre sua função de espaço plural e formativo, no qual todos se reconhecem como sujeitos de direitos e de cultura.

Estudos recentes também indicam que a dança, quando articulada com outras áreas do conhecimento, pode ampliar ainda mais sua eficácia pedagógica. Ao integrar conteúdos de Educação Física, Artes, Língua Portuguesa ou Ciências Humanas, por exemplo, a dança torna-se veículo de interdisciplinaridade, promovendo aprendizagens mais significativas e contextualizadas.

Durante o estudo, constatou-se que a aplicação da dança em contextos inclusivos produz impactos positivos nos aspectos afetivo, cognitivo e social. Ela estimula a descoberta dos próprios movimentos, gera alegria e motivação, desenvolve a comunicação e favorece a socialização dentro e fora da escola. Além disso, contribui para o desenvolvimento motor e a

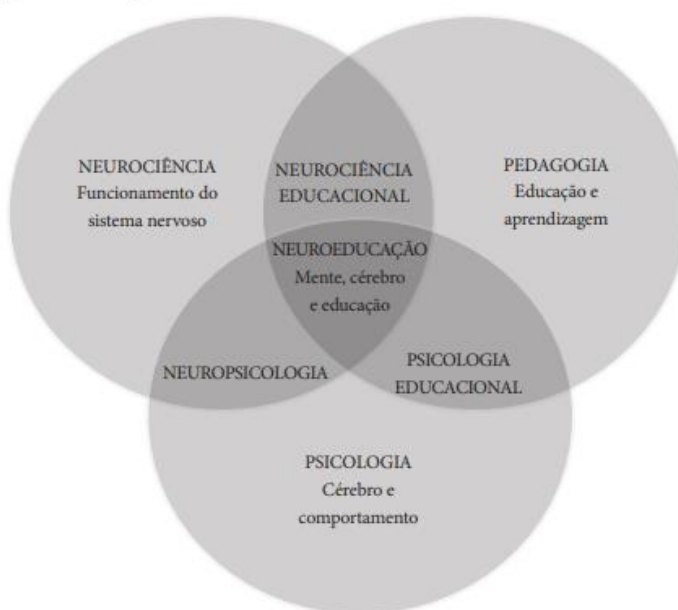
formação integral, permitindo que o aluno com deficiência viva experiências que ampliam sua autonomia e identidade.

Por fim, é importante destacar que a afetividade desempenha papel central no processo cognitivo. A dança, como prática sensível e interacional, ativa dimensões viscerais e emocionais que favorecem a aprendizagem. Ao proporcionar vivências que mobilizam corpo, mente e emoção, ela se consolida como um caminho legítimo para a inclusão escolar e para a valorização das potencialidades humanas.

6. As contribuições da Neuropsicopedagogia como intervenção psicomotora clínica para alunos com necessidades educativas especiais

A Neuropsicopedagogia, como campo transdisciplinar emergente, constitui-se na interseção entre a Pedagogia, a Psicologia Cognitiva e as Neurociências. Ela busca compreender os processos cerebrais relacionados à aprendizagem e propor estratégias eficazes para superação de dificuldades educacionais, especialmente em contextos de inclusão (Fülle; Lopes, 2023; Alves et al., 2022). Esse campo oferece uma visão integrada do sujeito, reconhecendo suas singularidades cognitivas, emocionais e comportamentais, o que é fundamental para o atendimento de alunos com necessidades educativas especiais.

Figura 1 – Junção das ciências



Fonte: Tokuhamas-Espinosa, 2011

Assim, observa-se que a neurociência - cujo termo deriva do grego *neurosque*, que significa nervos e remete ao estudo do sistema nervoso - aliada à psicologia - ciência que investiga os processos mentais e o comportamento humano - tem contribuído para uma nova abordagem no campo da aprendizagem e da educação. Essa intersecção de saberes deu origem a áreas como a neuropsicologia e a neuroeducação, que ampliam a compreensão sobre como se dá o processo de aprender (Chupil, Souza, Schneider, 2018).

A pedagogia, somando-se às contribuições da neurociência e da psicologia, segundo os mesmos autores, integra-se como o terceiro pilar fundamental no campo da neuroeducação, completando um ciclo que amplia as possibilidades de atuação educacional. Essa ciência, cujo nome remete à ideia de "conduzir a criança" (do grego *paidos* = criança e *gogos* = conduzir), dedica-se ao estudo da educação e da didática de forma articulada, visando potencializar os processos de ensino e aprendizagem. A partir dessa integração, emerge a neuropsicopedagogia, uma área que une saberes das três disciplinas - neurociência, psicologia e pedagogia - para oferecer novas abordagens que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos aprendizes, especialmente daqueles com necessidades específicas (Chupil, Souza, Schneider, 2018).

A atuação neuropsicopedagógica, nesse sentido, permite o delineamento de estratégias personalizadas, respeitando o ritmo, os limites e as potencialidades de cada aprendiz. Essa abordagem rompe com modelos tradicionalistas de ensino, apostando numa intervenção clínica que vai além da sala de aula e adentra a complexidade das funções neurológicas envolvidas no processo de aprender. Rodrigues (2023, p. 16) afirma que

entre as suas múltiplas funções, a neuropsicopedagogia procura reunir e integrar os estudos do desenvolvimento, das estruturas, das funções e das disfunções do cérebro, ao mesmo tempo que estuda os processos psicocognitivos responsáveis pela aprendizagem e os processos psicopedagógicos responsáveis pelo ensino. Quando inserida como ciência correlata ao estudo da Educação Especial, na educação básica, no chão da escola, esse estudo pode possibilitar ao profissional da docência, uma multiplicação dos seus saberes e consequentemente despertar diversas outras estratégias de aplicação.

Essa compreensão mais aprofundada do funcionamento cerebral, aliada ao compromisso com a inclusão, revela a necessidade de políticas públicas que assegurem direitos educacionais a todos os estudantes. Nesse sentido, a inclusão escolar, enquanto princípio constitucional e prática pedagógica, ainda enfrenta obstáculos diversos na realidade brasileira. No entanto, políticas

públicas como a LDB (Lei nº 9.394/96), o Decreto nº 7.611/2011 e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) estabelecem um arcabouço legal importante para assegurar o direito à educação das pessoas com deficiência (Brasil, 1996; 2011; 2015). Contudo, a efetivação desse direito ainda depende de ações concretas nas instituições escolares, como a qualificação dos profissionais, a oferta de recursos pedagógicos e o fortalecimento de equipes multidisciplinares. A Neuropsicopedagogia, nesse cenário, aparece como um suporte promissor, ao possibilitar avaliações precisas e intervenções adaptadas às especificidades cognitivas e neurológicas dos estudantes. Isso contribui diretamente para o desenvolvimento integral e inclusivo de crianças e adolescentes no ambiente escolar.

De acordo com Rodrigues (2023), a neuropsicopedagogia, enquanto ciência de natureza multidisciplinar, tem como finalidade fomentar estudos e reflexões voltados ao cuidado com os processos de aprendizagem. Seu foco está na identificação e intervenção em dificuldades cognitivas, visando facilitar e qualificar o processo de aprendizagem e comunicação, tanto no contexto educacional quanto em outros campos de atuação. Além disso, contribui significativamente para a formação docente, ao promover o desenvolvimento de saberes que favorecem a construção de competências e habilidades nos estudantes, dentro e fora do espaço escolar. Um de seus maiores aportes está na promoção efetiva da inclusão, tanto no âmbito humano quanto pedagógico, especialmente no atendimento às necessidades de alunos com deficiência.

Essa abordagem amplia a visão da educação, oferecendo ferramentas que valorizam as potencialidades dos sujeitos em vez de focar apenas em suas limitações. Em minha visão, a neuropsicopedagogia representa uma resposta promissora e necessária frente aos desafios da educação inclusiva, pois alia conhecimento técnico, sensibilidade humana e práticas efetivas de transformação no processo de ensinar e aprender.

A contribuição da Neuropsicopedagogia também se manifesta na compreensão da plasticidade cerebral, conceito que reforça a ideia de que o cérebro está em constante transformação e que é capaz de reorganizar-se funcionalmente ao longo da vida (Aguilar, 2018; Lent, 2019). Isso significa que, mesmo diante de limitações neurológicas ou sensoriais, a aprendizagem continua sendo possível, desde que respeitadas as particularidades e oferecidos os estímulos adequados. O entendimento da plasticidade é essencial para a atuação clínica neuropsicopedagógica, pois orienta a criação de programas de intervenção que explorem diferentes vias de aprendizado, utilizando recursos visuais, táteis, auditivos e cinestésicos para

atingir os objetivos educacionais de forma significativa. Esse conhecimento fundamenta uma prática humanizada, que acredita no potencial de todos para aprender.

Ao considerar o papel das funções executivas, da memória, da linguagem e do comportamento no desenvolvimento educacional, a Neuropsicopedagogia se alinha a autores como Ventura (2010) e Hennemann (2012), que destacam a importância da interação entre cérebro e ambiente no processo de aprendizagem. Esses elementos ganham relevância ainda maior quando se trata de indivíduos com transtornos, síndromes ou deficiências, pois requerem abordagens diferenciadas, baseadas em estímulos variados e contextualizados. A intervenção psicomotora, neste contexto, mostra-se como uma via potente para o desenvolvimento das habilidades sensório-motoras e cognitivas, promovendo maior autonomia e interação dos alunos com necessidades especiais. A combinação entre prática psicomotora e conhecimento neurocientífico fortalece a atuação do neuropsicopedagogo na clínica e na escola, favorecendo resultados mais eficazes e duradouros.

É importante destacar que, conforme ressalta Fernandez (2010), a Neuropsicopedagogia opera a partir de três pilares: a Educação, a Psicologia e a Neuropsicologia. Essa tríade garante uma abordagem ampla e consistente, capaz de articular teoria e prática na construção de estratégias educativas inclusivas. A partir desse alicerce, torna-se possível entender não só o que o aluno aprende, mas como aprende, identificando barreiras internas e externas que interferem no seu rendimento. A atuação clínica baseada nesses princípios proporciona não apenas diagnósticos mais precisos, mas também intervenções contínuas e coerentes com a trajetória de cada sujeito.

Adicionalmente, a Neuropsicopedagogia trabalha com o conceito de múltiplas inteligências, proposto por Gardner, e incorporado ao campo como uma das bases explicativas das diferentes formas de expressão da cognição humana. Isso permite que se valorize diferentes perfis de aprendizagem e se desfaça a visão homogênea de inteligência que ainda persiste em muitos ambientes escolares (Fernandez, 2010). A valorização das potencialidades individuais amplia a noção de inclusão, abrindo espaço para que cada aluno possa se desenvolver conforme sua singularidade, especialmente aqueles que enfrentam barreiras impostas por deficiências sensoriais ou cognitivas.

Portanto, o papel do neuropsicopedagogo ultrapassa a mera aplicação de testes e diagnósticos. Ela é mediadora do processo de ensino e aprendizagem, agente articulador entre família, escola e demais profissionais da saúde e educação. Seu trabalho envolve tanto a

prevenção quanto a intervenção direta, sendo crucial para transformar o espaço escolar em um ambiente de aprendizagem acessível, significativo e respeitoso. Como afirmam Souza e Silva (2019), a Neuropsicopedagogia permite a criação de metodologias baseadas no funcionamento cerebral, potencializando a aprendizagem por meio da estimulação adequada de diferentes áreas cerebrais. Isso torna sua presença indispensável em qualquer proposta de educação inclusiva efetiva.

Por fim, cabe ressaltar que a valorização da Neuropsicopedagogia como ciência aplicada à educação e à intervenção psicomotora clínica demanda maior investimento em formação continuada, pesquisas acadêmicas e inserção profissional nas instituições escolares e clínicas. O fortalecimento deste campo é, sem dúvida, um passo fundamental para a construção de uma escola inclusiva, equitativa e comprometida com o desenvolvimento pleno de todos os seus educandos. Assim, reconhecer as contribuições da Neuropsicopedagogia é não apenas um avanço científico, mas também um ato de responsabilidade ética, social e educacional.

7. Sistematização da dança na Educação Especial: contribuições para a inclusão escolar

A dança, quando compreendida como uma linguagem artística e educativa, oferece possibilidades amplas de expressão e integração, especialmente no contexto da Educação Especial. Sua capacidade de promover a comunicação não verbal, a ludicidade e a valorização das individualidades torna-se um recurso pedagógico potente para o desenvolvimento integral de todos os alunos. Na perspectiva inclusiva, a dança transcende o simples movimento corporal e passa a ser um espaço de resistência, de transformação e de afirmação da diversidade.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a dança é entendida como uma linguagem que promove a expressão, a comunicação e a integração cultural e social por meio do corpo, fortalecendo o desenvolvimento integral dos estudantes. Para que esse potencial se realize plenamente na Educação Especial, é essencial que a prática docente esteja amparada em uma proposta pedagógica sistematizada, que reconheça as especificidades dos alunos com deficiência e proponha estratégias acessíveis e significativas de ensino.

Na abordagem do Coletivo de Autores (2009), a dança deve considerar as possibilidades expressivas de cada aluno. Isso implica equilibrar o ensino técnico com a liberdade de expressão espontânea. Ensinar apenas movimentos técnicos pode restringir a expressividade, enquanto

ignorar a técnica pode limitar o desenvolvimento corporal. Assim, o desafio consiste em proporcionar um ambiente pedagógico onde ambos os aspectos coexistam de forma dialética, contribuindo para a emancipação humana por meio do acesso aos bens culturais da humanidade.

Nesse sentido, Strazzacappa (2001) destaca que a dança na escola visa desenvolver não só as capacidades motoras, mas também as capacidades imaginativas e criativas dos alunos. Esse aspecto é particularmente relevante quando pensamos na inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, pois a expressão por meio da dança possibilita uma vivência educativa respeitosa e significativa das diferenças.

A dança inclusiva rompe com os padrões estéticos normativos e abre espaço para corpos diversos se expressarem. Teixeira (2010) argumenta que o corpo com deficiência, quando inserido na cena da dança, não apenas se adapta às normas, mas também as desafia e propõe novas formas de corporeidade. Nesse processo, o corpo deficiente não representa um limite, mas sim uma potência transformadora da linguagem artística.

O ensino da dança na Educação Especial, portanto, deve considerar os fundamentos da coreologia, como ritmo, tempo, níveis e direções do movimento, mas também precisa articular esses elementos ao contexto sociocultural dos estudantes. Laban (1978), citado pelo Coletivo de Autores (2009), destaca que a execução do movimento está relacionada à variação e à forma, sendo possível realizar movimentos em unimoto, sucessão ou cânone. Tais recursos permitem a criação de coreografias inclusivas e colaborativas.

Proscêncio e Deliberato (2023) também apontam que a dança criativa promove o desenvolvimento de habilidades motoras, sociais e emocionais, tornando-se uma prática pedagógica potente para inclusão escolar. Quando os alunos, com ou sem deficiência, participam juntos de experiências corporais, há um fortalecimento da empatia, da cooperação e da valorização da diversidade.

Ainda nessa perspectiva, o uso de recursos multissensoriais, como estímulos auditivos, visuais e táteis, pode ampliar a participação dos alunos com deficiências sensoriais. A formação de grupos heterogêneos nas aulas de dança, conforme sugerido, é uma estratégia inclusiva que favorece a cooperação, promovendo um ambiente mais justo e equitativo.

A dança, enquanto ferramenta pedagógica, deve ser inserida nas escolas com intencionalidade e criticidade. Marsiglia (2013) e Saviani (2008) afirmam que o desenvolvimento não é um fenômeno endógeno, mas social e histórico. Assim, cabe ao educador reconhecer as

limitações que emergem no processo de ensino-aprendizagem e buscar os instrumentos adequados para superá-las. Isso exige sensibilidade para compreender a realidade dos alunos e criatividade para transformar a prática pedagógica.

Carmo (2020) acrescenta que ainda hoje há uma forte presença da "bipedia compulsória" na dança, ou seja, a valorização de corpos considerados perfeitos, o que dificulta a aceitação e valorização de artistas com deficiência. Ao criticar essa lógica, o autor propõe que a presença desses sujeitos nos espaços artísticos e políticos seja não apenas admitida, mas celebrada, gerando transformações efetivas na compreensão da deficiência.

Ao compreender a dança como espaço de expressão, de resistência e de transformação social, a pedagogia inclusiva precisa romper com a visão capacitista que muitas vezes permeia a educação. Lourau e Vasconcellos (2023) apontam que o capacitismo, assim como o racismo estrutural, atua como um sistema que restringe o acesso aos direitos e marginaliza corpos que não se encaixam nos padrões normativos. A superação dessa lógica exige políticas públicas eficazes e práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social.

Por isso, uma proposta de ensino da dança para a Educação Especial deve partir da sistematização de experiências. Segundo Holliday (2006), a sistematização é uma interpretação crítica das experiências vividas, com o objetivo de explicitar a lógica do processo e os fatores que intervieram nele. Essa abordagem permite construir metodologias que respeitem as singularidades dos alunos e promovam a inclusão de forma efetiva.

A partir dessa sistematização, é possível desenvolver práticas pedagógicas que contemplem a improvisação, a criatividade e a expressão livre. Isso não exclui o ensino técnico, mas propõe que ele esteja a serviço do desenvolvimento omnilateral dos estudantes, respeitando sua história, sua cultura e sua corporeidade.

No que tange à organização curricular, o Coletivo de Autores (2009) sugere que o ensino da dança esteja fundamentado em conteúdos históricos e culturais, incluindo as danças primitivas, modernas, clássicas, contemporâneas, regionais e étnicas. Essa diversidade de estilos contribui para ampliar o repertório cultural dos alunos e permite que todos se vejam representados no conteúdo escolar.

Chauí (1986), ao tratar da cultura popular como forma de resistência, reforça a importância de valorizar os saberes produzidos fora da lógica dominante. Na escola, isso significa

reconhecer e incorporar as expressões culturais das comunidades às quais os alunos pertencem, criando um ambiente de pertencimento e valorização identitária.

A dança também permite articular o conhecimento artístico com temas relevantes para a formação cidadã. A problematização dos conteúdos, conforme proposto pelo Coletivo de Autores (2009), deve envolver questões de classe, gênero, raça, natureza, trabalho e afetividade. Essa articulação torna o ensino da dança mais significativo e contextualizado.

Além disso, a instrumentalização do conhecimento, conforme defendida por Marsiglia (2013), possibilita que os alunos assimilem os elementos culturais e os utilizem como instrumentos de transformação social. Isso implica promover situações pedagógicas que desafiem os estudantes a pensar criticamente e a construir suas próprias coreografias, integrando saberes técnicos, estéticos e sociais.

Essa prática pedagógica culmina na catarse, segundo Saviani (2008), momento em que o estudante incorpora o conhecimento e transforma sua visão de mundo. A dança, nesse contexto, não é apenas atividade escolar, mas ato político e cultural de afirmação de direitos e de produção de subjetividades.

Com base em todas essas reflexões, compreende-se que a dança na Educação Especial deve ser pensada como ferramenta pedagógica potente para a inclusão social. Ela permite construir um espaço de aprendizagem que valoriza o singular de cada corpo, rompe com padrões excludentes e propõe uma educação que celebre a diferença.

Assim, é urgente que as escolas públicas assumam o compromisso de implementar propostas pedagógicas em dança que respeitem a diversidade corporal, promovam a acessibilidade e garantam o direito de todos os alunos à expressão artística e à participação plena no ambiente escolar.

Portanto, a sistematização de uma proposta pedagógica crítica, fundamentada nas experiências, saberes e contextos dos alunos, é essencial para que a dança cumpra seu papel transformador na Educação Especial. O compromisso ético e político dos educadores será decisivo para consolidar essa prática como um instrumento legítimo de inclusão, emancipação e humanização no espaço escolar.

CAPÍTULO II - MÉTODO

Este capítulo apresenta a metodologia adotada para a realização deste estudo, que se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Trata-se de uma investigação fundamentada na análise de produções acadêmicas já publicadas - como livros, artigos científicos, dissertações e teses - que abordam a dança como estratégia de aprendizagem para alunos com necessidades educativas especiais. A delimitação e seleção do material teórico seguiram critérios de relevância temática, atualidade e contribuição para os objetivos da pesquisa. Por meio de uma leitura crítica e interpretativa, buscou-se compreender como o conhecimento produzido nessa área sustenta as reflexões desenvolvidas ao longo do trabalho. A escolha dessa metodologia visa assegurar a consistência teórica e a profundidade da discussão proposta.

1. Método

Este capítulo tem por finalidade apresentar e justificar os caminhos metodológicos adotados na condução desta investigação, que se estrutura como uma pesquisa de natureza qualitativa, com delineamento bibliográfico. A escolha dessa abordagem fundamenta-se na intenção de compreender, a partir da literatura existente, como a dança pode ser utilizada como estratégia de aprendizagem voltada a estudantes com necessidades educativas especiais. Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa permite explorar o significado de práticas sociais, priorizando a compreensão dos fenômenos em sua complexidade e contexto.

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, configura-se como um procedimento sistemático de coleta, organização e análise de produções acadêmicas e científicas já publicadas, conforme delineado por Gil (2008). Essa estratégia é pertinente para o presente estudo por possibilitar o levantamento do estado da arte da temática investigada e oferecer base teórica sólida para sustentar as reflexões propostas. A análise crítica e interpretativa das fontes visa evidenciar contribuições, lacunas e implicações pedagógicas relacionadas ao uso da dança na inclusão escolar.

2. Abordagem metodológica

A presente investigação adota a perspectiva qualitativa, por considerar que os fenômenos educacionais são complexos, dinâmicos e contextualizados. De acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa busca interpretar os significados atribuídos pelos sujeitos às suas práticas, relações e experiências. Dessa forma, compreender a dança como recurso pedagógico na educação inclusiva requer sensibilidade para as múltiplas dimensões do processo de ensino-aprendizagem, inclusive aquelas que envolvem aspectos subjetivos e psicomotores.

O recorte metodológico bibliográfico justifica-se pelo objetivo de reunir e examinar criticamente o conhecimento já produzido sobre a temática. Conforme Severino (2017), a pesquisa bibliográfica não se limita à simples reunião de textos, mas exige análise reflexiva que permita identificar convergências teóricas, tensões conceituais e contribuições relevantes para o campo investigado.

3. Procedimentos de pesquisa

Os procedimentos metodológicos seguiram etapas interdependentes. Inicialmente, realizou-se a delimitação do problema e a definição dos objetivos da pesquisa, com base em orientações de Severino (2017) e Lakatos e Marconi (2010), que destacam a importância da clareza conceitual na formulação das diretrizes investigativas. Em seguida, procedeu-se ao levantamento bibliográfico sistemático em bases de dados acadêmicas reconhecidas, como SciELO, Google Acadêmico, CAPES Periódicos e repositórios institucionais.

A busca concentrou-se em materiais publicados preferencialmente nos últimos dez anos, com exceção de autores clássicos ou referências essenciais ao entendimento da área, como Vygotsky, Piaget e Wallon, quando necessário. O levantamento contemplou livros, artigos científicos, dissertações e teses relacionados à dança, inclusão, psicomotricidade, neuropsicopedagogia e aprendizagem.

4. Critérios de inclusão e análise das fontes

A seleção dos materiais considerou os seguintes critérios de inclusão: relevância temática, atualidade, qualidade metodológica e pertinência ao objeto de estudo. Essa triagem seguiu as orientações de Duarte (2002), que enfatiza a necessidade de rigor e coerência na constituição do corpus teórico. Os textos selecionados foram submetidos a leitura exploratória, seletiva e analítica, conforme as fases propostas por Gil (2008), e posteriormente organizados em fichamentos analíticos, contendo informações sobre autores, objetivos, metodologia, resultados e principais contribuições.

A análise das fontes foi orientada pela técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), possibilitando a identificação de categorias como corporeidade, cognição, práticas pedagógicas inclusivas, intervenção psicomotora e mediação docente. A articulação desses eixos norteou a construção argumentativa dos capítulos posteriores, proporcionando consistência teórica e densidade analítica ao estudo.

5. Construção do texto e validação da argumentação

A construção do texto dissertativo seguiu princípios de coerência interna e fundamentação crítica, articulando os referenciais teóricos selecionados às reflexões desenvolvidas pela pesquisadora. Segundo Severino (2017), o momento da redação constitui uma síntese reflexiva do percurso investigativo, na qual o pesquisador organiza e sistematiza os achados teóricos à luz de sua problemática e objetivos. Para assegurar validade acadêmica, o trabalho passou por sucessivas revisões, visando garantir precisão conceitual, clareza argumentativa e observância das normas técnicas exigidas em produções científicas.

CAPÍTULO III – ANÁLISE DOS DADOS DO ESTUDO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar e analisar os dados obtidos a partir do levantamento bibliográfico realizado sobre o uso da dança como estratégia de aprendizagem no contexto da educação inclusiva, com foco nos alunos com necessidades educativas especiais. Numa perspectiva metodológica, a análise de dados em uma pesquisa de natureza bibliográfica não se limita à simples descrição das obras consultadas, mas envolve a sistematização das informações extraídas dos autores, a categorização dos temas recorrentes, a identificação dos principais aportes teóricos e a organização desses elementos de modo que possam subsidiar as reflexões desenvolvidas ao longo da pesquisa.

A análise dos dados bibliográficos permite não apenas compreender o estado da arte sobre o tema, mas também delinear as bases teóricas que sustentam a proposta deste estudo. Desse modo, este capítulo estrutura-se a partir da apresentação dos autores selecionados, suas obras e respectivas contribuições, seguida de uma leitura descritiva e interpretativa dos conteúdos, articulando os conceitos que permeiam a relação entre dança, desenvolvimento humano, aprendizagem e inclusão escolar.

Para organizar de forma sistemática os dados levantados na presente pesquisa, elaborou-se um quadro-resumo contendo os principais autores, suas respectivas obras, anos de publicação e as contribuições centrais no que se refere à articulação entre dança, desenvolvimento cognitivo, psicomotor, aprendizagem e inclusão escolar.

O Quadro 1 a seguir sintetiza essas informações, oferecendo uma visão panorâmica dos referenciais teóricos que sustentam este estudo.

Quadro 1 - Principais autores e contribuições sobre dança, aprendizagem e inclusão escolar

Autor(es)	Obra/Referência	Ano	Contribuição Principal
Laban, R.	<i>Dança Educativa Moderna; Domínio do Movimento</i>	1978/1990	Fundamenta a dança como linguagem do movimento, destacando espaço, tempo, fluência e peso.
Marques, I.	<i>Dançando na Escola</i>	2010	Defende a dança como prática educativa, cotidiana e formativa, centralizando o corpo no processo de aprendizagem.

Miranda, M. (apud Lopes et al.)	<i>Corpo, Educação e Movimento</i>	2019	A dança promove o desenvolvimento global, a expressão e o fortalecimento da subjetividade, acolhendo as diferenças.
Strazzacappa, M.	<i>Educação Somática e Dança na Educação</i>	2001	Denuncia a escola como espaço de padronização corporal; defende a dança como prática de desconstrução de padrões e promoção da inclusão.
Chauí, M.	<i>Convite à Filosofia</i>	1986	Enfatiza a dança como resistência cultural, destacando seu papel na construção da identidade e na valorização das culturas populares.
Domingos, L. & Oliveira, R.	<i>Inclusão e Dança: desafios e possibilidades</i>	2021	Defendem a dança como ferramenta de promoção da autoestima e da inclusão social e escolar de pessoas com deficiência e sem deficiência.
Lima, A.; Pinto, V.; Martins, S.	<i>Dança e Educação: práticas culturais na escola</i>	2020	Destacam a dança como promotora da identidade, da valorização das culturas e da desconstrução de padrões estéticos.
Paiva, A.; Gadelha, S.; Santos, J.	<i>Dança e Gênero na Escola</i>	2024	Apontam o preconceito de gênero como barreira à dança na escola; ressaltam que as redes sociais ajudam a ressignificar essa percepção.
Lent, R.	<i>Cérebro Aprendiz</i>	2019	Destaca que a neuroplasticidade é estimulada por experiências como a dança, que desenvolve funções executivas, atenção, memória, linguagem e regulação emocional.
Ventura, D.	<i>Neurociência e Aprendizagem</i>	2010	Fundamenta que a neuroplasticidade permite reorganização cerebral, associando movimento e aprendizagem na superação de dificuldades.
Santos, M.	<i>Neuropsicopedagogia e Processos de Aprendizagem</i>	2020	Defende que a dança, via neuropsicopedagogia, ativa redes neurais, potencializando a aprendizagem e a inclusão.
Russo, F.	<i>Neuropsicopedagogia: fundamentos e práticas</i>	2015	Defende que o processo de aprendizagem é integrador, envolvendo corpo, mente e emoção; práticas sem corporeidade são fragmentadas e pouco eficazes.

Rodrigues, E.	<i>Dança, Inclusão e Desenvolvimento Humano</i>	2023	Argumenta que a dança promove desenvolvimento psicomotor, autoestima, autonomia e competências socioemocionais fundamentais à inclusão escolar.
Mantoan, M.	<i>Inclusão Escolar: pontos e contrapontos</i>	2006	Defende que inclusão não se limita à presença física; exige transformação cultural, curricular e pedagógica, reconhecendo a diversidade como princípio educativo.
Camargo, P.	<i>Educação Inclusiva e Práticas Pedagógicas</i>	2017	Diferencia inclusão escolar (eliminação de barreiras) de educação inclusiva (projeto político-pedagógico que valoriza a diversidade).
Glat, R.	<i>Inclusão Escolar: diferenças, aprendizagem e formação de professores</i>	2018	Ressalta que práticas como a dança favorecem ambientes afetivos e empáticos, promovendo relações colaborativas e a valorização da singularidade.
Proscêncio, I. & Deliberato, D.	<i>Formação de Professores e Inclusão Escolar</i>	2019	Apontam lacunas na formação docente, especialmente no ensino das linguagens artísticas; defendem políticas de formação continuada permanente e não pontual.
Carbonera, R.	<i>Dança: linguagem da expressão e do conhecimento</i>	2003	Defende a dança como linguagem estética, social e pedagógica, destacando seu papel no desenvolvimento motor, afetivo, social, cognitivo e na valorização da diversidade cultural.
Mendes, A.	<i>Dança Inclusiva: um olhar para as diferenças no espaço escolar</i>	2015	Aponta a dança como ferramenta pedagógica que valoriza as singularidades dos corpos, promove a expressão e desconstrói padrões de normalidade.
Marques, I. & Freitas, F.	<i>Pedagogia da Dança: entre corpo, arte e educação</i>	2021	Defendem uma pedagogia da dança fundamentada na expressão, criatividade, corporeidade e no respeito às diferenças socioculturais e às práticas inclusivas.
Fonseca, V.	<i>Psicomotricidade: educação e reeducação</i>	1995	Destaca a importância da psicomotricidade no desenvolvimento global, integrando movimento, cognição e afetividade, princípios

			alinhados às práticas de dança na inclusão escolar.
Le Boulch, J.	<i>O desenvolvimento psicomotor da criança</i>	1987	Defende que o movimento é essencial na aprendizagem, desenvolvendo habilidades cognitivas, emocionais e motoras, alinhando-se às práticas corporais como a dança.
Freire, P.	<i>Pedagogia do Oprimido</i>	1987	Ressalta que a educação é um ato libertador; a dança, nesse contexto, contribui como prática cultural e política, promovendo autonomia, expressão e conscientização.
Saviani, D.	<i>Escola e Democracia</i>	1983	Defende uma educação comprometida com a transformação social; a dança se insere como prática cultural crítica, promotora de inclusão e de desenvolvimento integral.
Marsiglia, A.	<i>Dança e Educação: interfaces possíveis</i>	2010	Discorre sobre a dança como possibilidade de expressão, integração, construção de conhecimentos e fortalecimento da identidade, especialmente no contexto escolar.
Chauí, M.	<i>Cultura e Democracia</i>	2001	Analisa o papel da cultura — incluindo a dança — como espaço de resistência, construção da cidadania e valorização das diversidades.
Antunes, C.	<i>A inteligência emocional na educação</i>	2001	Defende que práticas como a dança fortalecem competências socioemocionais, contribuindo para a empatia, autocontrole e resiliência no processo educacional inclusivo.
Relvas, M.	<i>Neurociência na Educação: por uma prática transformadora</i>	2017	Argumenta que o movimento e a expressão corporal são fundamentais na construção de redes neurais, na aprendizagem significativa e na inclusão escolar.
Hennemann, A.	<i>Psicomotricidade e Aprendizagem</i>	2018	A dança, no campo da psicomotricidade, contribui para o desenvolvimento da lateralidade, equilíbrio, esquema corporal e consciência espacial, fundamentais na inclusão.
Suárez, M.	<i>Neuropsicopedagogia e Desenvolvimento Cognitivo</i>	2019	Defende que atividades que integram movimento, emoção e cognição, como

			a dança, potencializam a aprendizagem e o desenvolvimento de alunos, especialmente na educação inclusiva.
--	--	--	---

Fonte: Queiroz, 2025.

A partir da análise dos dados apresentados no quadro, torna-se possível observar a emergência de quatro grandes eixos temáticos que estruturam os aportes teóricos deste estudo. São eles: (i) a dança como linguagem do movimento e da expressão; (ii) a dança como ferramenta de desenvolvimento psicomotor e cognitivo; (iii) a dança como prática de inclusão social e educacional; e (iv) a relação entre dança, neurociência e processos de aprendizagem.

A seguir, desenvolve-se uma análise descritiva e interpretativa desses eixos, buscando compreender como cada autor contribui para a construção de uma prática pedagógica inclusiva mediada pela dança.

Inicialmente, torna-se imprescindível destacar que a produção científica sobre dança no contexto da educação inclusiva tem se expandido nas últimas décadas, especialmente à medida que as discussões sobre diversidade, direitos humanos, acessibilidade e práticas pedagógicas inclusivas ganham força no cenário educacional. Esse crescimento reflete não apenas a ampliação dos debates acadêmicos, mas também a emergência de práticas escolares que buscam atender às necessidades dos alunos de maneira mais sensível, democrática e inclusiva.

Dentre os autores analisados, observa-se uma ampla variedade de abordagens, que se distribuem em quatro grandes eixos temáticos: (i) dança como linguagem do movimento e expressão; (ii) dança como ferramenta de desenvolvimento psicomotor e cognitivo; (iii) dança como prática de inclusão social e educacional; e (iv) relação entre dança, neurociência e processos de aprendizagem. Essa categorização foi construída a partir da análise dos conteúdos recorrentes nas obras, das discussões propostas pelos autores e das articulações conceituais estabelecidas no corpus da pesquisa.

O primeiro eixo refere-se à compreensão da dança como linguagem do movimento e da expressão humana. Aqui, destacam-se as contribuições de Laban (1978; 1990) e Marques (2010), que fundamentam teoricamente a importância da dança no processo educativo. Laban, considerado um dos principais teóricos do movimento, propõe uma abordagem que reconhece a dança como uma manifestação simbólica que articula espaço, tempo, peso e fluência. Para o autor, o movimento é, antes de tudo, uma forma de comunicação, uma linguagem que permite

ao sujeito expressar sua subjetividade, seus sentimentos, suas percepções e sua relação com o mundo.

Marques (2010), por sua vez, amplia essa discussão ao afirmar que a dança, no contexto escolar, não deve ser concebida como uma atividade secundária ou meramente recreativa, mas sim como uma prática pedagógica fundamental, que promove o desenvolvimento integral dos alunos. Para a autora, a inserção da dança no currículo escolar contribui para a formação de sujeitos críticos, criativos e autônomos, além de favorecer a construção de uma cultura escolar mais sensível à diversidade e às múltiplas formas de aprender e se expressar.

O segundo eixo de análise agrupa os autores que enfatizam a dança como ferramenta de desenvolvimento psicomotor e cognitivo. Nesse contexto, destacam-se as contribuições de Godoi e Boga (2022), Carbonera (2008), Porpino (2018) e Santos *et al.* (2022), cujas obras discutem os benefícios da prática da dança no desenvolvimento das habilidades motoras, cognitivas e socioemocionais dos alunos. Esses autores defendem que a dança favorece a consciência corporal, a percepção espacial, o equilíbrio, a lateralidade e a coordenação motora, aspectos fundamentais para o desenvolvimento global, especialmente no caso de alunos com necessidades educativas especiais.

Além dos aspectos motores, esses autores ressaltam que a dança estimula processos cognitivos como atenção, memória, raciocínio e linguagem, na medida em que envolve a organização de sequências de movimentos, a percepção rítmica, a adaptação a diferentes estímulos e a interação social. Dessa forma, a prática da dança se configura como uma metodologia pedagógica potente, capaz de promover não apenas o desenvolvimento físico, mas também a ampliação das competências cognitivas e emocionais dos estudantes.

No terceiro eixo, encontram-se os autores que abordam a dança como prática de inclusão social e educacional. Aqui, os aportes de Mantoan (2006), Camargo (2017), Glat (2018), Strazzacappa (2001) e Chauí (1986) são fundamentais para compreender como a dança contribui para a construção de ambientes educativos mais inclusivos, democráticos e sensíveis às diferenças. Esses autores defendem que a dança, ao criar espaços de expressão, participação e protagonismo, rompe com as lógicas excludentes que ainda permeiam muitos contextos escolares.

Strazzacappa (2001) denuncia que a escola tradicional opera como uma fábrica de corpos, na qual os sujeitos são moldados a partir de padrões de normalização, disciplina e homogeneização. Nessa perspectiva, a dança surge como linguagem de resistência, capaz de

subverter essas normas e de afirmar a diversidade como princípio educativo. Chauí (1986), ao discutir as práticas culturais no Brasil, reforça que a dança, enquanto expressão da cultura popular, promove o fortalecimento das identidades, a valorização das diferenças e a desconstrução dos discursos que historicamente marginalizaram determinados corpos e saberes.

No âmbito da inclusão, Mantoan (2006) enfatiza que a efetivação da educação inclusiva exige uma transformação profunda nas práticas pedagógicas, na organização do currículo e na cultura institucional das escolas. A dança, nesse contexto, assume papel central, na medida em que permite a construção de ambientes de aprendizagem mais acolhedores, colaborativos e acessíveis, onde todos os alunos possam participar ativamente, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas ou emocionais.

Complementando essa análise, Camargo (2017) diferencia os conceitos de inclusão escolar e educação inclusiva. Enquanto o primeiro refere-se à adoção de medidas que garantam o acesso e a permanência dos alunos no ambiente escolar, o segundo implica uma reconfiguração mais ampla da cultura escolar, das práticas pedagógicas e dos processos de avaliação, de modo a reconhecer e valorizar as singularidades dos sujeitos. A dança, por sua natureza expressiva e sensível, dialoga diretamente com essa perspectiva, uma vez que promove a escuta, a empatia e o reconhecimento das múltiplas formas de ser, de aprender e de se expressar.

O quarto e último eixo temático emerge da análise das produções que articulam dança, neurociência e processos de aprendizagem. Aqui, as contribuições de Lent (2019), Ventura (2010), Russo (2015) e Rodrigues (2023) são essenciais para compreender como a prática da dança impacta diretamente o desenvolvimento neuropsicopedagógico dos alunos. Esses autores defendem que a aprendizagem não é um fenômeno restrito à cognição verbal e abstrata, mas um processo que envolve o corpo, o movimento, a emoção e a interação com o ambiente.

Lent (2019) destaca que o cérebro humano é extremamente plástico, o que significa que ele se reorganiza constantemente a partir das experiências sensoriais, motoras e afetivas. A dança, ao integrar movimento, ritmo, percepção espacial e interação social, estimula a formação de novas conexões neurais, favorecendo o desenvolvimento das funções executivas, da memória, da atenção, da linguagem e da regulação emocional. Esse entendimento é particularmente relevante no contexto da educação inclusiva, onde muitos alunos se beneficiam de práticas pedagógicas que vão além da transmissão verbal de conteúdos.

Ventura (2010) complementa essa perspectiva ao afirmar que ambientes educativos ricos em estímulos multissensoriais são fundamentais para promover a aprendizagem, especialmente no caso de alunos com deficiência ou com dificuldades de desenvolvimento. Segundo o autor, a dança oferece exatamente esse tipo de ambiente, na medida em que mobiliza o corpo, os sentidos, as emoções e a cognição em experiências de aprendizagem integradas e significativas.

Russo (2015), ao discutir os fundamentos da Neuropsicopedagogia, reforça que as práticas corporais, como a dança, são estratégias metodológicas eficazes para a mediação da aprendizagem. A autora argumenta que a dança não apenas desenvolve competências psicomotoras, mas também contribui para o fortalecimento das funções neurocognitivas, promovendo uma aprendizagem mais efetiva, duradoura e prazerosa.

Por sua vez, Rodrigues (2023) destaca que a atuação do neuropsicopedagogo deve incluir, necessariamente, o uso de práticas psicomotoras como a dança, especialmente no atendimento de alunos com necessidades educativas especiais. Segundo o autor, essas práticas favorecem não apenas o desenvolvimento motor, mas também a ampliação das competências socioemocionais, a construção da autonomia e o fortalecimento dos processos de autorregulação e de participação social dos alunos.

A análise dos dados revela, portanto, que há uma convergência significativa entre os autores no reconhecimento da dança como uma prática pedagógica potente, capaz de promover o desenvolvimento integral dos alunos e de contribuir para a efetivação da educação inclusiva. Ao mesmo tempo, observa-se que cada autor, a partir de sua perspectiva teórica e de seu campo de atuação, enfatiza diferentes dimensões dessa prática, ora priorizando os aspectos psicomotores e cognitivos, ora destacando os elementos culturais, sociais e afetivos envolvidos na experiência da dança no contexto escolar.

Diante desse panorama, torna-se evidente que a prática da dança na escola não pode ser concebida de forma fragmentada ou isolada, mas deve ser integrada ao projeto pedagógico da instituição, articulada aos princípios da educação inclusiva, às diretrizes curriculares e às necessidades dos alunos. A sistematização dos dados apresentados permite, portanto, afirmar que a dança constitui uma estratégia metodológica capaz de transformar as práticas pedagógicas, de ampliar as possibilidades de aprendizagem e de promover a construção de uma escola mais democrática, sensível e comprometida com a valorização da diversidade.

Esse entendimento reforça, ainda, a importância da formação inicial e continuada dos professores, que precisam estar preparados para incorporar práticas corporais e expressivas como a dança em seus planejamentos pedagógicos. Isso implica não apenas o desenvolvimento de competências técnicas, mas, sobretudo, a construção de uma postura ética, sensível e comprometida com a promoção de ambientes educativos inclusivos, onde todos os alunos sejam reconhecidos em sua singularidade e tenham acesso a experiências de aprendizagem que considerem suas potencialidades, interesses e modos de ser.

Por fim, a análise dos dados revela que, embora haja avanços significativos na produção teórica e na implementação de práticas pedagógicas que reconhecem a importância da dança na educação inclusiva, ainda persistem desafios relacionados à resistência institucional, à escassez de formação específica dos docentes e à necessidade de ampliar os espaços de discussão e de reflexão sobre a corporeidade no contexto escolar. Esses desafios serão aprofundados na discussão dos resultados, apresentada no capítulo seguinte, que se propõe a tensionar, comparar e dialogar criticamente as diferentes abordagens teóricas mapeadas nesta análise.

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

A presente discussão tem como objetivo aprofundar a análise dos dados apresentados no capítulo anterior, estabelecendo uma comparação crítica entre as diferentes abordagens teóricas mapeadas na literatura. Mais do que expor os dados, este capítulo busca tensionar as ideias, evidenciar convergências, apontar divergências e identificar complementaridades nas produções acadêmicas que tratam da dança como estratégia pedagógica no processo de ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educativas especiais.

Ao percorrer o corpus bibliográfico analisado, torna-se evidente que a compreensão da dança no contexto educacional não ocorre de maneira homogênea. Diferentes áreas do conhecimento - educação, psicomotricidade, neuropsicopedagogia, neurociência e estudos culturais - oferecem olhares específicos, que se entrelaçam, se complementam e, por vezes, se distanciam quanto aos objetivos, às metodologias e às finalidades atribuídas à prática da dança no ambiente escolar.

Autores como Laban (1978; 1990) e Marques (2010) oferecem uma abordagem que enraíza a dança no campo da expressividade, do desenvolvimento do movimento e da constituição da subjetividade. Laban afirma que o movimento é estruturado em quatro dimensões universais - espaço, tempo, peso e fluência - que não apenas organizam a dança, mas também são princípios formadores da experiência humana no mundo. Miranda (2008, apud Lopes et al., 2019) reforça esse entendimento ao destacar que a dança, quando acolhe e valoriza as diferenças individuais, torna-se um instrumento de inspiração, capaz de contribuir para o desenvolvimento global do indivíduo. Nesse sentido, a dança é compreendida como uma linguagem, um sistema de comunicação que permite ao sujeito expressar sua relação consigo, com o outro e com o meio.

Marques (2010) fortalece essa perspectiva ao defender que a dança, na escola, deve ser uma prática sistemática, curricular e cotidiana, e não meramente pontual, restrita a eventos ou comemorações. Para a autora, a centralidade do corpo no processo educativo não é um recurso acessório, mas uma necessidade, pois é por meio do corpo que se dá a apreensão do mundo, a construção do conhecimento e o desenvolvimento integral do sujeito. Assim, como aponta Laban (1990), a dança favorece a integração entre o conhecimento intelectual e as potencialidades criativas dos indivíduos, extrapolando os aspectos motores e estimulando a expressão, a espontaneidade e a criatividade.

Ao transpor essa compreensão para o campo da educação inclusiva, surgem nuances fundamentais. Se, por um lado, autores como Laban (1990) e Marques (2010) defendem a dança como meio de expressão, desenvolvimento e subjetivação, por outro, estudiosos como Strazzacappa (2001) e Chauí (1986) tensionam esse discurso ao incluir a dimensão social, política e cultural do corpo. Strazzacappa (2001) denuncia que a escola, historicamente, operou como uma “fábrica de corpos”, disciplinando, padronizando e moldando os sujeitos segundo critérios de normalidade e produtividade. Nesse cenário, a dança assume um papel transformador, capaz de elevar a autoestima de praticantes - com ou sem deficiência - e contribuir para um ambiente social e educacional mais inclusivo, como afirmam Domingos e Oliveira (2021).

Chauí (1986) amplia essa discussão ao afirmar que a cultura popular, da qual a dança faz parte, constitui um espaço de resistência frente às tentativas históricas de homogeneização cultural. Na mesma direção, Lima, Pinto e Martins (2020) enfatizam que a dança, no ambiente escolar, atua no resgate de valores socioculturais, na formação da identidade do educando e na reflexão crítica sobre o mundo e a sociedade.

Apesar dos avanços, Paiva, Gadelha e Santos (2024) alertam que o preconceito de gênero ainda constitui um dos maiores desafios à inserção da dança no contexto escolar. Entre meninos, sobretudo, persiste a associação equivocada da dança a uma prática exclusivamente feminina, o que gera vergonha, resistência e desmotivação. Entretanto, destacam que plataformas digitais, como o TikTok, vêm contribuindo para desconstruir esses estigmas, tornando a dança mais acessível, democrática e socialmente aceita. Nessa perspectiva, cabe ao professor desenvolver estratégias que promovam sua valorização como prática educativa e cultural.

Portanto, torna-se evidente que a dança ultrapassa os limites da expressão corporal ou do entretenimento. Ela se configura como instrumento de resistência, de valorização da diversidade e de construção identitária, tanto no campo educacional quanto no social. Contudo, a superação dos desafios, especialmente os relacionados ao preconceito de gênero, exige que os professores adotem uma postura crítica, reflexiva e intencional, desconstruindo estigmas e criando espaços seguros, acolhedores e livres de julgamentos.

Além disso, a contemporaneidade oferece recursos importantes, como as redes sociais, que vêm contribuindo para ressignificar práticas e ampliar o acesso à dança, tornando-a mais plural, representativa e democrática. Dessa forma, mais do que ensinar passos ou técnicas, o

papel do educador é garantir que a dança cumpra sua função social, política e formativa, promovendo inclusão, respeito e celebração das diferenças.

Ao estabelecer diálogo entre essas abordagens, percebe-se que, enquanto Laban (1990) e Marques (2010) priorizam uma compreensão da dança como linguagem universal do movimento, Strazzacappa (2001) e Chauí (1986) enfatizam a dimensão socialmente situada do corpo, alertando para o risco de que práticas pedagógicas descontextualizadas possam reproduzir, mesmo que involuntariamente, processos de exclusão e silenciamento.

Essa tensão não é trivial. No contexto da educação inclusiva, não basta inserir a dança como atividade estética ou de desenvolvimento motor. É imprescindível reconhecê-la como prática cultural, social e política, carregada de significados, histórias e disputas simbólicas.

Quando o debate se desloca para o campo da neurociência e da neuropsicopedagogia, as abordagens se aprofundam. Autores como Lent (2019) e Ventura (2010), ao tratarem dos princípios da neuroplasticidade, oferecem bases teóricas robustas que fortalecem a defesa da dança como prática educativa promotora do desenvolvimento das funções executivas, da memória, da atenção, da linguagem e da regulação emocional. Segundo Lent (2019), o cérebro é moldado pelas experiências, e atividades que envolvem movimento, ritmo, percepção sensorial e interação social são fundamentais para a construção de novas conexões neurais.

Santos (2020) corrobora com Lent (2019) e Ventura (2010) ao afirmar que a Neuropsicopedagogia utiliza o conceito de neuroplasticidade para potencializar a aprendizagem, auxiliando o aluno na superação de dificuldades e na reorganização das conexões cerebrais. Russo (2015) reforça essa compreensão ao sustentar que o processo de aprendizagem é, por natureza, integrador, mobilizando corpo, mente e emoção. Para esse autor, práticas pedagógicas que desconsideram a corporeidade limitam-se a uma visão fragmentada do sujeito, ignorando a complexidade dos processos neurocognitivos.

Nessa lógica, a dança não é apenas uma atividade lúdica, mas uma estratégia metodológica que ativa múltiplas redes neurais, promovendo aprendizagens mais efetivas e duradouras. Como enfatiza Santos (2020), quando todos os envolvidos no processo educativo trabalham de forma integrada, há uma tomada de consciência que favorece a criação de novas estratégias e práticas pedagógicas mais eficazes.

Esse entendimento reforça a concepção de aprendizagem como um processo integral, no qual corpo, mente e emoção são indissociáveis, conforme defendem Russo (2015) e Santos

(2020). A dança, portanto, transcende o caráter recreativo e assume papel metodológico relevante, capaz de potencializar funções neurocognitivas e emocionais. Integrar movimento, emoção e cognição não é apenas uma escolha, mas uma exigência para promover aprendizagens significativas, especialmente em contextos inclusivos, onde a valorização da totalidade do ser é condição essencial.

Rodrigues (2023) complementa essa perspectiva, destacando que, especialmente no atendimento a alunos com necessidades educativas especiais, a dança favorece não apenas o desenvolvimento psicomotor, mas também o fortalecimento da autoestima, da autonomia e das competências socioemocionais - elementos indispensáveis para a efetiva inclusão escolar.

Nesse ponto, observa-se uma clara intersecção metodológica entre os aportes da neurociência e os princípios da educação inclusiva, conforme defendem Mantoan (2006), Camargo (2017) e Glat (2018). Mantoan defende que a inclusão não se resume à presença física dos alunos nas escolas regulares, mas exige uma transformação profunda na cultura escolar, nas práticas pedagógicas e na organização dos processos de ensino e aprendizagem.

Camargo (2017) diferencia inclusão escolar de educação inclusiva, ressaltando que, enquanto a primeira busca eliminar barreiras físicas e metodológicas, a segunda constitui um projeto político-pedagógico que reconhece a diversidade como valor fundante da vida social e escolar. A dança, por sua natureza sensível, expressiva e colaborativa, torna-se uma aliada estratégica na construção de práticas pedagógicas que materializam os princípios da educação inclusiva.

Para Glat (2018), a efetivação da inclusão escolar exige não apenas mudanças nas práticas pedagógicas, mas também transformações nas relações interpessoais e na própria cultura da escola. Práticas como a dança favorecem a construção de ambientes de aprendizagem mais afetivos, colaborativos e empáticos, nos quais todos os alunos são reconhecidos e valorizados em sua singularidade.

Ainda assim, apesar das inúmeras potencialidades, a análise crítica revela desafios significativos. Autores como Lent, Ventura e Russo oferecem uma fundamentação neurocientífica sólida, mas, por vezes, priorizam os aspectos biológicos em detrimento das dimensões socioculturais e políticas. Essa ênfase corre o risco de reduzir a complexidade do processo educativo, ignorando as relações de poder, os marcadores sociais da diferença e as práticas culturais que atravessam a experiência da dança no espaço escolar.

Por outro lado, os autores vinculados aos estudos culturais e à educação inclusiva, como Strazzacappa, Chauí, Mantoan e Camargo, produzem análises profundamente sensíveis às questões da diversidade, das identidades e das relações de poder, mas nem sempre dialogam diretamente com os aportes da neurociência e da psicomotricidade, o que gera certo distanciamento entre os discursos sobre desenvolvimento neurocognitivo e cultura.

Essa constatação não deve ser vista como uma crítica excludente, mas como um convite à construção de uma abordagem verdadeiramente interdisciplinar, capaz de articular os saberes da neurociência, da psicologia, da pedagogia, da sociologia e dos estudos culturais na construção de práticas educativas mais integrais, inclusivas e emancipadoras.

Dentro desse panorama, Proscêncio e Deliberato (2019) chamam atenção para outro desafio que atravessa a efetivação da dança como prática inclusiva: a lacuna na formação de professores. Segundo esses autores, o processo de inclusão demanda não apenas adaptações físicas e curriculares, mas também a promoção de interações entre todos os alunos, o combate ao preconceito e o fortalecimento do diálogo entre escola e família. A escola deve desenvolver estratégias que garantam a aprendizagem, a socialização e a autonomia, respeitando as singularidades. Contudo, a insuficiência na formação docente, especialmente no ensino das linguagens artísticas, como a dança, gera insegurança e limitações na atuação dos professores. Embora haja investimentos em formação continuada, eles ainda ocorrem de maneira pontual e insuficiente, o que evidencia a urgência de políticas públicas consistentes que promovam uma formação permanente e efetiva.

Diante desse cenário, é possível afirmar que, embora haja diferentes ênfases - ora no desenvolvimento psicomotor, ora na valorização da diversidade cultural, ora na promoção da neuroplasticidade -, todas as perspectivas convergem na defesa de uma pedagogia que reconheça o corpo como território de aprendizagem, de expressão e de construção de conhecimentos.

Por fim, a discussão dos resultados revela, de forma inequívoca, que a inserção da dança no contexto da educação inclusiva não pode ser encarada como atividade periférica, complementar ou opcional, mas como prática pedagógica central, capaz de mobilizar aprendizagens, promover inclusão e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e humanizada.

CAPÍTULO V - CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo geral analisar as contribuições da dança como estratégia pedagógica no processo de ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educativas especiais, no contexto da educação inclusiva, a partir de uma abordagem bibliográfica. O desenvolvimento da pesquisa permitiu atingir plenamente esse objetivo, ao reunir, sistematizar e analisar criticamente a produção acadêmica sobre o tema, discutindo como a dança pode favorecer práticas pedagógicas inclusivas, promover o desenvolvimento integral dos alunos e transformar as relações educativas no ambiente escolar.

No que se refere ao primeiro objetivo específico, que consistiu em compreender, na literatura científica, como a dança é concebida enquanto prática pedagógica no ambiente escolar, os resultados evidenciaram que a dança é reconhecida como uma linguagem educativa, estética e simbólica, que transcende sua função meramente performática ou recreativa. Ela é concebida como prática pedagógica estruturante, que deve estar integrada ao currículo escolar, proporcionando aos alunos experiências formativas que articulam corpo, mente e emoção. Entretanto, a análise também revelou que, embora essa concepção esteja bem fundamentada na literatura, sua implementação nas práticas escolares ainda enfrenta resistência, sendo muitas vezes reduzida a atividades pontuais, desvinculadas dos processos pedagógicos cotidianos.

Em relação ao segundo objetivo específico, que buscou analisar as relações entre a prática da dança e o desenvolvimento cognitivo, psicomotor, emocional e social de alunos com necessidades educativas especiais, a pesquisa revelou de forma consistente que a dança possui um enorme potencial para promover o desenvolvimento integral dos sujeitos. As discussões evidenciaram que a prática da dança estimula processos neurocognitivos fundamentais, como memória, atenção, linguagem, regulação emocional e funções executivas. Além disso, favorece o desenvolvimento psicomotor, aprimorando a percepção espacial, o equilíbrio, a lateralidade e a coordenação motora. Simultaneamente, a dança fortalece competências socioemocionais essenciais no processo de inclusão, como empatia, resiliência, autocontrole e senso de pertencimento, permitindo que os alunos se reconheçam como sujeitos ativos no processo de aprendizagem.

O atendimento ao terceiro objetivo específico, que visou investigar como a dança pode contribuir para a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas no contexto **escolar**,

possibilitou compreender que a dança não atua apenas no desenvolvimento individual dos alunos, mas também desempenha um papel social e político na construção de uma escola inclusiva. A prática da dança, ao valorizar a expressão, a subjetividade, a comunicação não verbal e o protagonismo dos alunos, rompe com modelos pedagógicos centrados na homogeneização dos corpos e das práticas. Ela contribui diretamente para a construção de ambientes de aprendizagem colaborativos, afetivos, democráticos e sensíveis às singularidades, promovendo não apenas a inclusão física, mas também a participação, a escuta e a valorização das diferenças.

Por fim, no que diz respeito ao quarto objetivo específico, que buscou identificar os principais desafios e possibilidades para a inserção da dança como estratégia pedagógica inclusiva, a análise dos dados revelou que, embora haja avanços significativos no campo teórico e na formulação de políticas públicas de inclusão, ainda persistem desafios expressivos no ambiente escolar. Entre eles, destacam-se a falta de formação específica dos docentes para trabalhar com práticas corporais e artísticas, a resistência de alguns segmentos da comunidade escolar em reconhecer a dança como componente curricular legítimo, e a permanência de modelos pedagógicos centrados na priorização da cognição verbal, em detrimento das experiências sensoriais e corporais. Por outro lado, as possibilidades identificadas apontam para um cenário promissor, sustentado pelo fortalecimento das discussões acadêmicas sobre a corporeidade, pela ampliação das políticas públicas inclusivas e pelo interesse crescente de educadores comprometidos com práticas pedagógicas transformadoras.

Diante dos achados, é possível afirmar que os objetivos propostos foram plenamente alcançados, permitindo não apenas compreender as contribuições da dança para o processo de ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educativas especiais, mas também evidenciar sua potência como prática pedagógica promotora de inclusão, desenvolvimento integral e transformação da cultura escolar. A pesquisa confirma que a dança não é uma prática acessória ou complementar, mas sim uma estratégia metodológica essencial, capaz de integrar corpo, mente, emoção e cultura no processo educativo.

A partir dessas conclusões, reafirma-se que a efetivação da dança no contexto escolar inclusivo requer uma mudança paradigmática, que envolve não apenas a revisão das práticas pedagógicas, mas também uma transformação profunda na formação dos docentes, na organização do currículo e na cultura institucional das escolas. Essa transformação demanda,

além de conhecimentos técnicos e metodológicos, um compromisso ético, político e social com a construção de uma escola que reconheça, respeite e valorize a diversidade como princípio educativo e como riqueza para os processos de aprendizagem.

Reconhecendo as limitações inerentes a uma pesquisa de natureza bibliográfica, recomenda-se que futuros estudos possam aprofundar a análise por meio de investigações empíricas, aplicando práticas pedagógicas mediadas pela dança em contextos escolares, de modo a avaliar seus impactos concretos na aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos. Dessa forma, será possível fortalecer ainda mais a produção de conhecimento no campo da educação inclusiva, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas mais sensíveis, inovadoras e comprometidas com a promoção dos direitos, da equidade e da justiça social no ambiente escolar.

Portanto, a dança, ao ser integrada ao processo educativo, emerge como prática profundamente transformadora, capaz de promover não apenas o desenvolvimento cognitivo, psicomotor, emocional e social dos alunos com necessidades educativas especiais, mas também de ressignificar as relações pedagógicas, desconstruir modelos excludentes e construir uma escola onde todos os corpos sejam reconhecidos, respeitados e celebrados em sua integralidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Achcar, D. (1998). *Balé: uma arte*. Ediouro.

Aguilar, R. (2018). *Neurociência aplicada à educação: Caminhos para facilitar a aprendizagem na sala de aula* (1. ed.). Edicon.

Almeida, F. R., & Costa, L. M. (2019). A dança como prática pedagógica: Benefícios para o desenvolvimento infantil. *Revista Brasileira de Educação Física*, 34(2), 45–59.

Alves, L. M. V., Ferreira, F. R. S., Ifadireó, M. M., Gomes, A. E. B., & Nilo-Avelino, W. F. (2022). A neuropsicopedagogia no cotidiano escolar da educação básica. *Revista Educação em Foco*, (11).

Barbosa, R. (2019). *Psicomotricidade na promoção de competências socioemocionais: Intervenção psicomotora com crianças em contexto escolar e institucional e seniores em contexto institucional* [Relatório de Estágio de Mestrado não publicado]. Universidade de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana.

Camargo, E. P. de. (2017). Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlases e desenlaces. *Ciência & Educação (Bauru)*, 23. <https://doi.org/10.1590/1516-731320170020001>.

Campos, C. C. P. de, Silva, F. C. P. da, & Ciasca, S. M. (2018). Expectativa de profissionais da saúde e de psicopedagogos sobre aprendizagem e inclusão escolar de indivíduos com transtorno do espectro autista. *Revista Psicopedagogia*, 35(106), 3–13.

Carbonera, D., & Carbonera, S. A. (2008). *A importância da dança no contexto escolar*. Instituto de Estudos Avançados e Pós-Graduação – ESAP, Faculdade Iguaçu.

Carmo, C. E. O. do. (2020). Fissuras pós-abissais em espaços demarcados pela bipedia compulsória na dança. *Ephemer Journal*, 3(5).

Cavasin, C. R., & Fischer, J. (2003). A dança na aprendizagem. *Revista Leonardo Pós*, (3), 1–8.

- Chaui, M. (1986). *Conformismo e resistência: Aspectos da cultura popular no Brasil*. Editora Brasiliense.
- Chupil, P., Souza, K. P. de O., & Schneider, C. (2018). *A neuropsicopedagogia e o processo de aprendizagem* (1ª ed.). IESDE Brasil.
- Coletivo de Autores. (2009). *Metodologia do ensino de educação física*. Cortez.
- Corrêa dos Anjos, R., & Ferraro, A. R. (2018). A dança educativa e seus efeitos no desenvolvimento motor infantil. *Revista Brasileira de Educação Física*, 32(4), 568–577.
- Crestani, J. R., Dias de Jesus, E. E., & Cortes Morales, P. J. (2022). *A dança como prática educacional inclusiva em espaços escolares*. [Trabalho não publicado]. Região Universitária de Joinville/SC – UNIVILLE, Educação Física.
- Cruz, M. M. S., & Medeiros, A. G. A. (2020). Educação física e dança: Proposições e possibilidades na escola. *Revista Cenas Educacionais*, 3(e7023), 1–16.
- Cuba, M. V. (2018). *Dança: uma alternativa à inclusão com arte nos anos iniciais do ensino fundamental* [Monografia de especialização não publicada]. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
- Domingos, A. V., Snizek, A. B., & Oliveira, C. (2021). A construção do conhecimento através dos diálogos para e pelo corpo: Uma experiência em arte-educação no ensino público de Viçosa-MG. In *Diálogos em Criação: uma reflexão prática sobre corpo-espço* (pp. 180-199). Recife: Even3 Publicações. <https://doi.org/10.29327/546669>
- Faro, A. J. (1998). *Breve história da dança* (4ª ed.). Jorge Zahar.
- Fernandez, A. C. G. (2010). *Aportes de la Neuropsicopedagogía a la pedagogía: La visión de Jennifer Delgado em Desmistificación de la Neuropsicopedagogía*. ASOCOPSIP. <http://licenciadospsicologiaypedagogia.blogspot.com/2010/02/aportes-de-la-neuropsicopedagogia-la.html>.
- Ferreira, F. (2024). Dança como ferramenta de inclusão e promoção de bem-estar em crianças e adolescentes. *Estudos Socioculturais*, 30(1), 42–56.

- Fontanella, F. C. (1985). *O corpo no limiar da subjetividade* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.
- Franco, N., & Ferreira, N. V. C. (2016). Evolução da dança no contexto histórico: Abordagens iniciais ao tema. *Repertório*, (26), 266–272.
- Freire, J. B. (1989). *Educação de corpo inteiro: Teoria e prática*. Scipione Editora.
- Friedrich, J. C., & Mendes, E. H. (2009). A dança de salão nas aulas de Educação Física. <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1912-8.pdf>.
- Fülle, A., & Lopes, L. S. (2023). Histórico da neuropsicopedagogia no Brasil: origens, conquistas e perspectivas. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 9(1).
- Gardner, H. (1995). *Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas*. Artes Médicas.
- Gariba, C. M. S., & Franzoni, A. (2008). Dança escolar: uma possibilidade na educação física. *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, 13(2), 155–171.
- Gasparelo, A. C., Kronbauer, G. A., & Gomes, D. (2018). Arte e educação física: o caso da dança na escola. *EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação*, 5(10), 30–49.
- Glat, R. (2018). Desconstruindo representações sociais: Por uma cultura de colaboração para inclusão escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 24(Edição Especial), 9–20.
- Godoi, S. B. de, & Boguea, D. T. R. (2022). *A importância da dança ensino aprendizagem* [Trabalho de Conclusão de Curso não publicado]. Instituto Federal Goiano – Campus Iporá.
- Hennemann, A. L. (2012). *Neuropsicopedagogia Clínica: Relatório de estágio*. CENSUPEG.
- Holliday, O. J. (2006). *Para sistematizar experiências*. Ministério do Meio Ambiente.

- Laban, R. (1978). *Domínio do movimento*. Summus.
- Laban, R. (1990). *Dança educativa moderna*. Ícone.
- Lima, L. J. de, & Bosque, R. M. (2010). A contribuição da dança para o desenvolvimento integral dos alunos do grupo de dança da APAE-AP. *EFDeportes.com, Revista Digital*, 15(149).
- Lima, P. R. F., Pinto, N. V., & Martins, R. A. (2020). Inclusão no ensino da dança na escola. *Research, Society and Development*, 9(1), e23911564. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i1.1564>
- Lent, R. (2019). *O cérebro aprendiz: Neuroplasticidade e educação* (1. ed.). Atheneu.
- Lourau, J., & Vasconcellos, M. S. (2023). Capacitismo estrutural interseccional: uma análise crítica da mobilidade para pessoas com deficiência física em Salvador. *Revista Diálogos Possíveis*, 14(2), 443–460.
- Lopes, K. F., Carvalho, C. L., Araújo, P. F., & Moysés, M. A. A. (2019). A dança e a expressão corporal como mediadoras no processo de ensino-aprendizagem de crianças com deficiência intelectual e transtornos de aprendizagem. *Pensar a Prática*, 22, 1-13. <https://doi.org/10.5216/rpp.v22.49194>
- Mantoan, M. T. E. (2006). *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* (Coleção Cotidiano Escolar). Moderna.
- Marques, I. (2010). *Dançando na escola* (6a ed.). Cortez.
- Marsíglia, A. C. G. (Org.). (2013). *Infância e pedagogia histórico-crítica*. Autores Associados.
- Martins, V. P. S. (2022, fevereiro). A influência da dança na aprendizagem escolar. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 7(2), 21–31.
- Melo, K. P. de. (2023). *Dança, ludicidade e educação inclusiva no Centro de Referência em Educação Infantil Professor Orlando Bitar em Belém - PA* [Artigo de Conclusão de Curso não publicado]. Universidade Federal do Pará, Faculdade de Dança.

- Mendes, M. G. (1987). *A dança* (2ª ed.). Ática. (Série Princípios).
- Pereira, A. (2006). O papel da dança na educação física: novas perspectivas pedagógicas. *Educação e Movimento*, 18(4), 134–146.
- Pires, S. G., & Caregnato, C. (2019). Memorização em dança para além da “decoreba”: avaliando causas em busca de soluções pedagógicas. In *Anais do 6º Congresso Nacional de Educação – CONEDU*. Conedu.
- Porpino, K. de O. (2018). *Dança é educação* [recurso eletrônico]: Interfaces entre corporalidade e estética (2ª ed.). EDUFRN.
- Proscêncio, P. A., & Deliberato, D. (2023). Dança como recurso para a participação de alunos com deficiência na rotina escolar. *Revista Even. Pedagógica*, 14(2), 443–460.
- Proscêncio, P. A., & Deliberato, D. (2019). Interface da dança e educação especial. [Artigo acadêmico]. Universidade Estadual Paulista/Marília.
- Rocha, D., & Rodrigues, G. M. (2007). A dança na escola. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, 6(3). <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/1217>.
- Rodrigues, E. de O. (2023, novembro). Educação especial e neuropsicopedagogia: Um relato de uma professora da educação básica. *Revista Científica Excellence*, 23(1).
- Russo, R. M. T. (2015). *Neuropsicopedagogia Clínica: Introdução, Conceitos, Teoria e Prática*. Juruá.
- Santos, A. P., Capella, M. F. P., & Glap, L. (2022). A dança como uma ferramenta pedagógica do processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental. *Trabalhos de Conclusão de Curso – Faculdade Sant’Ana*. <https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/tcc/article/view/221>.
- Santos, R. C. dos, & Figueiredo, V. M. C. (2002-2003). Dança e inclusão no contexto escolar: um diálogo possível. *Pensando a Prática*, 6, 107–116.

- Santos, R. F., Gutierrez, G. L., & Roble, O. J. (2019). Dança para pessoas com deficiência: um possível elemento de transformação pessoal e social. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 41(3), 271–276.
- Santos Junior, N. J., Marins, R. P., Damázio, I. F. M., & Silva, P. C. M. (2020). A dança da escola: reflexões necessárias à Educação Física escolar. *[Nome da Revista]* 16(1), 167–184.
- Saviani, D. (2008). *Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações* (10ª ed., rev.). Autores Associados.
- Santos, L. P. (2020). As contribuições da neuropsicopedagogia para o insucesso escolar: possibilidade de restauração da escola e família. *Educação como (re)Existência: mudanças, conscientização e conhecimentos*, Centro Cultural de Exposições Ruth Cardoso, Maceió-AL. ISSN 2358-8829.
- Scarpato, M. T. (2001). *Dança Educativa*. Caderno Cedes.
- Silva, A. L., & Leite, L. R. (2015). A importância da dança no desenvolvimento psicomotor de crianças de 4 a 5 anos. *Revista de Psicologia e Educação*, 23(1), 123–130.
- Silva, M. A. (2017). Os benefícios da dança na educação integral: uma análise do desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo. *Revista de Educação e Psicologia*, 40(2), 200–210.
- Silva, M. A., & Santos, R. F. (2018). Inclusão escolar e desafios para alunos com necessidades educativas especiais. *Revista Educação e Pesquisa*, 44(3), 1–15.
- Silva, N. C., & Carvalho, B. G. E. (2017). Compreendendo o processo de inclusão escolar no Brasil na perspectiva dos professores: Uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 23, 293–308.
- Silva, Q., & Rosa, M. V. (2008). Análise de estratégias metodológicas das aulas de dança improvisação na educação física infantil. *Motrivivência*, 10(31), 66–78.
- Soares, L., Silva, R., & Gomes, E. (2021). Dança e psicomotricidade: uma abordagem educativa. *Estudos de Psicologia Educacional*, 39(4), 210–225.

- Sousa, A. P. de, & Oliveira, E. N. de. (2024). A dança como instrumento de inclusão de pessoas com deficiência: uma revisão. *Revista Encontros Científicos UNIVS*, 6(2), 214–215.
- Sousa, R. S., & Reis, D. A. (2021). A dança como recurso no ensino da educação física escolar: Uma análise da literatura. *Revista Humanidades & Inovação*, 8(38).
- Souza, L. A. A. F., & Silva, S. V. (2019). A neurociência como ferramenta no processo ensino-aprendizagem. *Revista Mythos*, 12(2).
- Spessato, B. C., & Valentini, N. C. (2013). Estratégias de ensino nas aulas de dança: Demonstração, dicas verbais e imagem mental. *Revista de Educação Física/UEM*, 24(3), 475–487.
- Strazzacappa, M. (2001, abril). Educação e fábrica de corpos: dança na escola. *Cadernos Cedes*, 21(53).
- Tadra, D. S. A., et al. (2009). *Metodologia do ensino de artes: Linguagem da dança*. Ibepex.
- Teixeira, A. C. B. (2010). Deficiência em cena: O corpo deficiente entre criações e subversões. *O Mosaico – Revista de Pesquisa em Artes*, (3), 1–9.
- Tokuhamma-Espinosa, T. (2011). *Mind, brain, and education science: A comprehensive guide to the new brain-based teaching*. W. W. Norton & Company.
- Valle, F. P. do, & Zancan, R. F. (2023). Dança na escola... para quê? *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, 13(1), e123696.
- Ventura, D. F. (2010). Um retrato da área de neurociência e comportamento no Brasil. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(número especial). <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26nspe/a11v26ns.pdf>.
- Verderi, E. B. L. P. (2000). *Dança na escola*. Wosien, B. (2000). *Dança: um caminho para a totalidade*. Triom.
- Victor, S. L., Vieira, A. B., & Oliveira, I. M. de (Orgs.). (2017). *Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas*. Brasil Multicultural.

DOCUMENTOS LEGAIS, DECRETOS, LEIS, RESOLUÇÕES E MANUAIS

- Brasil. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Senado Federal.
- Brasil. (2000a). *Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000: Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 nov. 2000. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10048.htm.
- Brasil. (2000b). *Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000: Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2000. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm.
- Brasil. (2009). *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009: Institui a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm.
- Brasil. (2012). *Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012: Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2012. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm.
- Brasil. (2015). *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.
- Brasil. Ministério da Educação. (2008). *Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE)*. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html>.
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. (2017). *Base Nacional Comum Curricular*. MEC; CONSED; UNDIME. <https://basenacionalcomum.mec.gov.br>.

Brasileiro, L. T. (2003). O conhecimento no currículo escolar: o conteúdo dança em aulas de educação física na perspectiva crítica. *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, 8(3), 5–18. <https://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2646>.